

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

**RURAL
SUSTENTÁVEL
E SOLIDÁRIO**



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Rossetto

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário
Laudemir Müller

Secretário da Agricultura Familiar
Valter Bianchini

Secretária de Desenvolvimento Territorial
Andréa Lorena Butto Zarzar

Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
Sérgio Roberto Lopes

Secretário de Reordenamento Agrário
Adhemar Lopes de Almeida

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Carlos Guedes de Guedes

Grupo de Trabalho para Elaboração da Proposta do PNDRSS (GTPlan):
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
Articulação do Semiárido (ASA)
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)
Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNTC)
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Agradecimentos:
Analine Specht
Antônio Lacerda Souto
Guilherme Brady
Ivanilson Guimarães
Julia Hora
Rafael Cedro
Roberto Nascimento
Simone Gueresi
Taua Pires
Karla Hora
Marcelo Fragozo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)
Presidente: Miguel Rossetto
Secretário: João Guilherme Vogado Abrahão

Poder Público
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério da Fazenda
Ministério da Integração Nacional
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério da Educação
Ministério da Saúde
Ministério das Cidades
Ministério da Pesca e Aquicultura
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)
Associação Nacional dos Órgãos de Terra (Anoter)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Sociedade Civil
Articulação do Semiárido (ASA)
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)
Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (CONAQ)
Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais (DESER)
Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)
Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser)
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)
Rede Cerrado
Rede de Centros Familiares de Formação por Alternância (Rede CEFFAS)
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Secretaria do Condraf
Equipe Técnica:
Luciene Santos
Milena Araguaia
Paula Ramos
Vera Azevedo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.1. A participação social e a construção das políticas de desenvolvimento rural no Brasil	7
1.2. Dinâmica internacional da agricultura e dos alimentos	13
1.3. A agricultura familiar e o processo de desenvolvimento no Brasil	16
1.4. Desafios e temas estratégicos	22
2. A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	27
2.1. Antecedentes: a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS) e a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR)	27
2.1.1 Princípios e Diretrizes Estratégicas da PDBR	27
2.1.2 Objetivos da PDBR	28
2.2. A dinâmica da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: metodologia, etapas e avaliação	29
2.3. As propostas da 2ª CNDRSS e sua transformação em Plano	33
2.3.1 Objetivos do PNDRSS	34
2.4. Ênfases e prioridades definidas pela 2ª Conferência Nacional para a elaboração do PNDRSS	36
2.5. Matriz de estratégias, iniciativas e metas	43
3. ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO PNDRSS	153
3.1. Instância nacional de gestão social do PNDRSS	154
3.2. Instância nacional de gestão executiva do PNDRSS	155
3.3. Gestão estadual e territorial do PNDRSS	155



APRESENTAÇÃO

Este é o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), elaborado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), resultado da quarta etapa da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), realizada ao longo de 2013.

Ampla processo de debate e discussão, com o envolvimento de mais de 40 mil pessoas em diferentes etapas, a 2ª CNDRSS foi uma iniciativa do Condraf e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), marcada por três importantes inovações:

Inicialmente, reafirmou as instâncias territoriais como espaços de construção e debate, confirmando a importância da abordagem territorial como elemento de organização e reflexão sobre o rural.

Metodologicamente, ao adotar um texto de referência e um roteiro orientador das discussões, em vez de um texto-base, permitiu que participantes das diferentes etapas da conferência (municipal, territorial, estadual e nacional) se concentrassem na elaboração de propostas adequadas a sua realidade, contribuindo, assim, para elaboração de planos de desenvolvimento rural em diferentes escalas.

Finalmente, foi marcada pelo reconhecimento da diversidade e da especificidade dos segmentos da agricultura familiar, avançando nas práticas de promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geração. A 2ª CNDRSS adotou a paridade de gênero, garantindo a participação de 50% de mulheres entre os delegados – feito inédito, até então; efetivou cota de participação para a juventude, alcançando 25% de jovens em todas as suas etapas; e incorporou uma delegação específica de representantes de povos e comunidades tradicionais.

O PNDRSS, que ora se apresenta, é fruto, portanto, de intenso diálogo e esforço de elaboração conjunta entre a sociedade civil e as três esferas de governo. Ele corresponde, ainda, à contribuição do Brasil para construção de um Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF).

O documento está organizado em três partes: a primeira apresenta elementos gerais de contextualização, desde um breve histórico da constituição da agricultura familiar como sujeito do rural brasileiro e do processo de participação social na construção das políticas de desenvolvimento rural, até elementos de destaque da dinâmica internacional e nacional que dialogam com o plano, situando os atuais desafios para a agricultura familiar.

A segunda parte traz a matriz de objetivos, estratégias e iniciativas para o desenvolvimento rural, decorrentes das cem propostas discutidas e aprovadas na 2ª CNDRSS. A matriz é precedida pelos destaques do processo da conferência, incluindo um resumo dos principais aspectos identificados nas propostas aprovadas.

Por fim, a terceira parte apresenta a estratégia para a gestão executiva e social do Plano Nacional.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A participação social e a construção das políticas de desenvolvimento rural no Brasil

O processo de construção das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, desde a redemocratização, deu-se em momentos contínuos e não estanques de fortalecimento da agricultura familiar, marcados por lutas sociais, por uma agenda de reivindicação por garantia de direitos — como o acesso à terra e ao território, à cidadania e ao desenvolvimento econômico — e por avanços na dinâmica de formulação e atuação do Poder Público.

O primeiro momento a ser destacado caracterizou-se por uma agenda de afirmação social e política da agricultura familiar. A partir dos anos de 1980, com a retomada das mobilizações da sociedade civil, distintos atores e atrizes sociais que compõem o rural brasileiro passaram a se organizar de forma mais intensa, reivindicando o reconhecimento da diversidade que se apresentava no campo e demandando a chegada de políticas coerentes com um Estado republicano e democrático a essa parcela majoritária da população rural.

O conjunto desses segmentos sociais passa a se reconhecer como agricultores e agricultoras familiares, identidade que incorpora como elementos conceituais a produção com utilização direta da mão de obra da família, a gestão familiar e coletiva da unidade produtiva e o reconhecimento do espaço de trabalho como local de vida e de reprodução social e cultural. A construção dessa identidade foi marcada pela demanda por políticas específicas e diferenciadas, o que levou a conquistas como o direito previdenciário dos trabalhadores rurais e à criação de uma institucionalidade no governo federal voltada ao fortalecimento da agricultura familiar: o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Após 2003, consolida-se a institucionalização da agenda da agricultura familiar, com uma transformação qualitativa e quantitativa dos instrumentos de políticas agrícolas e agrárias voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural.

A participação e o controle social, efetivados em conselhos e processos de conferências, como estratégia de inclusão social e de promoção da agenda de desenvolvimento, contribuíram para a construção e a qualificação de diferentes programas e políticas. A retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o fortalecimento do Condraf, por exemplo, reforçaram esse processo, que consolidou um amplo leque de instrumentos em apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. Para além das fronteiras nacionais, inclusive, a experiência do Consea alcançou reconhecimento internacional, em relação aos temas da segurança e soberania alimentar, materializando a iniciativa do Programa Fome Zero, lançado em 2003.¹ Destacam-se ainda a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) (2003); o Plano Safra da Agricultura Familiar, no mesmo ano; a publicação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), que reconhece oficialmente os diferentes segmentos que a compõem como sujeitos sociais e públicos prioritários de políticas públicas; a institucionalização da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) – Lei nº 12.188/2010; e a criação e fortalecimento de programas de compras públicas e institucionais de produtos da agricultura familiar, por meio de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que articulam as ações de superação da fome com a geração de renda e incentivo à estruturação da produção da agricultura familiar para a comercialização.

É nesse segundo momento que o processo de construção das políticas públicas associado à agenda das lutas sociais ampliou a visibilidade da diversidade de segmentos socioproductivos do público da agricultura familiar, evidenciando suas desigualdades internas e a expressão delas no desenvolvimento rural. Passa-se a dialogar com o conjunto dos indivíduos que compõem a unidade familiar, a partir de seus interesses e necessidades, rompendo com a lógica da família como bloco homogêneo.



Como expressão desse processo se dá a institucionalização de políticas públicas direcionadas à autonomia das mulheres rurais, em uma estratégia baseada no fortalecimento de sua organização produtiva e na garantia de direitos econômicos.

A diversidade dos povos e comunidades tradicionais também passa a compor o arcabouço das políticas públicas de desenvolvimento rural, a partir da compreensão de sua lógica coletiva de organização, produção e dinâmica social e de suas referências culturais específicas, que ganham visibilidade a partir do conceito de etnodesenvolvimento. Esse processo foi, em muito, impulsionado pela agenda em torno do reconhecimento e da garantia dos direitos territoriais. Destaca-se a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto nº 6.040/2007.

De acordo com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), são considerados Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, povos de terreiro, fundo de pasto, ciganos, faxinalenses, pantaneiros, pomeranos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, geraizeiros, caatingueiros, barranqueiros, catadoras de mangaba, andirobeiras, morroquianos, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, cipozeiros, isqueiras, retireiros, veredeiros, piaçaveiros e ilhéus, entre outros.

Posteriormente, o reconhecimento das necessidades individuais intrafamiliares passa a colocar também a juventude rural como foco de ações direcionadas à promoção de sua autonomia e emancipação, que passam pela promoção da sucessão rural, articulada com estratégias de qualificação, inclusão produtiva e geração de renda e de emprego.

Recentemente, evidencia-se um novo momento, em que a reflexão sobre as políticas em andamento faz que se volte para o aperfeiçoamento e a busca da efetividade de determinadas ações existentes e para o redirecionamento de

outras. Ampliam-se a visibilidade sobre uma parcela da população rural ainda não atendida e a necessidade de especialização e adequação a diferentes temáticas, públicos e espaços territoriais; são exigidos ajustes em procedimentos e nas condições de acesso a diversas políticas e programas. Os avanços alcançados são reconhecidos, e as conquistas, valorizadas, mas com uma avaliação crítica pela permanência de gargalos que devem ser enfrentados.

Nesse sentido, o tema da reforma agrária, que continua sendo objeto de forte disputa política na sociedade, exige o aprofundamento de ações para ampliar o ritmo das desapropriações e assentamentos, inibido, sobretudo, por aspectos legais e pelos custos da terra.

Ganha força a discussão sobre a necessidade de transição para um modelo de produção agroecológica. O debate sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola dominante gera a necessidade de se reformularem as políticas em curso. A Conferência Nacional de Ater, realizada em 2012, avançou nessa direção, definindo a agroecologia como base tecnológica a ser adotada. Em atendimento à demanda dos movimentos sociais, governo e sociedade civil elaboraram o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

A incorporação de alguns temas à agenda nacional de governo, nos últimos anos, representa uma oportunidade para a construção de novos avanços. A prioridade dada à superação das condições de pobreza, a visibilidade das questões que envolvem a Amazônia e o semiárido, os avanços no tema da segurança alimentar e nutricional, as preocupações com as questões ambientais e com a sustentabilidade do modelo de produção, por exemplo, convergem para a formulação de ações voltadas para o rural que aprimoram, complementam ou redirecionam os instrumentos já conquistados ao longo de mais de uma década.

Destacam-se programas e políticas para o desenvolvimento rural que buscam fortalecer a abordagem territorial, a partir da integração e da articulação de

políticas e da gestão social nos espaços físicos definidos a partir de identidades sociais. São iniciativas que contemplam, de modo geral, redes mais complexas de implementação e de governança, com ênfase em elementos de coordenação federativa e de intersetorialidade e voltadas a temas mais amplos que a execução de instrumentos isoladamente. Ganha força, também, a atenção à organização produtiva e o apoio à comercialização, de forma a aumentar a renda da agricultura familiar e a ampliar o acesso aos mercados. São novos desafios que se apresentam sobre uma agenda permanente, em que assumem centralidade o diálogo com a sociedade civil e a transparência da ação do Estado.

O processo de participação social, elemento fundamental nesse avanço das políticas públicas, também tem crescido em âmbito internacional – a partir de uma liderança decisiva do Brasil – para a construção de políticas públicas e institucionalidades em apoio ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar. Na integração regional e na política internacional brasileira, destacam-se iniciativas como a criação e a consolidação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), a reintrodução da pauta de reforma agrária no debate internacional, com a Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural (CIRADR), assim como os amplos processos de mudança pelos quais têm passado a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O caso da Reaf é particularmente emblemático, no processo de integração regional. Essa reunião especializada é atualmente reconhecida como uma das instâncias mais dinâmicas do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Nela, a interação entre os governos e a sociedade civil vai além de mero diálogo e se consolida por meio da formulação efetivamente conjunta de diretrizes e estratégias de políticas públicas voltadas à agricultura familiar da região. Isso ocorre tanto na construção das posições dos países em suas respectivas Seções Nacionais, quanto nas negociações no âmbito do Mercosul. Desde 2004, essa iniciativa já propiciou a realização de cerca de cem encontros entre os governos e a sociedade civil nos países do bloco.

Os encontros regionais reuniram mais de 2 mil pessoas, com ampla representação das organizações sociais.² Essa participação vem fortalecendo as políticas e qualificando as ações das instituições públicas, contribuindo para a inclusão de grandes setores da população rural nos benefícios potenciais do processo de integração.

Outras importantes iniciativas de integração e cooperação com outros países da América Latina e do Sul global, com destaque para países da África, têm muito a ganhar com a ampliação da participação social. Nesse sentido, destacam-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).

Assim, o conjunto de acúmulos aqui destacados dialoga diretamente com o processo de construção de políticas públicas no Brasil e também dá base para um diálogo mais amplo com as necessidades de desenvolvimento e segurança alimentar de outros países. Um marco das transformações em curso está expresso no estabelecimento do ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) – o primeiro ano internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) promovido pela sociedade civil, com a participação de mais de 360 organizações de sessenta países dos cinco continentes. O AIAF tem como objetivo aumentar a visibilidade da agricultura familiar, chamando a atenção global para seu importante papel na luta pela erradicação da fome e da pobreza, pela segurança alimentar e nutricional, pela melhoria dos meios de subsistência, pela gestão dos recursos naturais pela proteção do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável, em particular nas zonas rurais.

A declaração do AIAF é expressão da abertura da comunidade internacional para repensar o papel da agricultura familiar em sua diversidade. Mais que isso, é um chamamento aos governos dos países para o compromisso de se ampliarem, aprimorarem e aprofundarem as políticas para um desenvolvimento rural efetivo, que garanta o protagonismo de agricultores e agricultoras familiares.

1.2 Dinâmica internacional da agricultura e dos alimentos

Segundo destacado em relatórios recentes da FAO,³ a situação atual da agricultura e dos alimentos no mundo tem sido caracterizada pela persistência da fome e da desnutrição em diversas partes do globo e por uma dinâmica de preços altos e voláteis, além de pressões substantivas de caráter ambiental. Isso tem gerado preocupações crescentes quanto à sustentabilidade, no longo prazo, da agricultura e dos sistemas alimentares.

No que se refere à situação da alimentação global, destaca-se que, ainda que o mundo produza alimentos que seriam suficientes para atender toda a população atual, a oferta tem se dado de forma desigual entre países e regiões: 842 milhões de pessoas ainda padecem de fome crônica e estima-se que mais de 2 bilhões de pessoas são afetadas pela falta de micronutrientes, o que impede o desenvolvimento humano e socioeconômico.⁴ Parte significativa dessas pessoas se encontra em áreas rurais. Na América Latina e Caribe, o contingente de pessoas que passam fome chega ainda a 47 milhões, apesar de avanços importantes terem ocorrido na última década.⁵

Além disso, outros desafios se colocam, atualmente, na esfera alimentar. A qualidade das calorias ingeridas, que tem a ver com os tipos de alimentos consumidos, tem declinado. Isso está relacionado ao consumo cada vez maior de alimentos menos frescos e ricos em gordura, açúcar e sal. Com isso, a tendência predominante na mudança do perfil de consumo alimentar mundial aponta para o agravamento das manifestações de subnutrição específicas (carência de vitaminas e sais minerais), que hoje afetam 2 bilhões de pessoas, e de sobrepeso e obesidade, que afetam 1m bilhão de pessoas. Como resume a FAO, “subnutrição e sobrenutrição podem coexistir, impondo um ‘duplo fardo de má nutrição’ em muitos países em desenvolvimento”.⁶

Ao lado disso, os preços dos alimentos devem permanecer em patamares elevados durante ao menos a próxima década. Apesar de os preços internacionais terem diminuído levemente em comparação com o pico de 2011, eles permanecem muito acima das médias históricas. Este vem sendo o mais

longo ciclo de alta dos preços reais de alimentos dos últimos cinquenta anos.⁷ Diversos fatores estão por trás dessa situação, que encontra no fortalecimento da agricultura familiar uma saída para atendimento das exigências alimentares, sociais e ambientais do novo milênio.

Dentre os elementos do cenário atual, destaca-se, ainda, a previsão de que a população mundial deverá crescer consideravelmente nos próximos anos, mesmo que a uma taxa menor que no passado e com diferenças consideráveis entre regiões. Ao longo das próximas quatro décadas, a população do mundo deverá aumentar em 2 bilhões de pessoas, chegando a mais de 9 bilhões até o ano de 2050, (quando deverá se estabilizar).⁸

Como consequência desse aumento populacional, calcula a FAO, a oferta de alimentos terá de aumentar em 60% para garantir a superação da fome e da subnutrição da população atual e futura. Será necessário não apenas aumentar a produção, mas alterar a oferta de alimentos para permitir a ampliação do consumo de frutas legumes e hortaliças, hoje muito abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Adicionalmente, tem ocorrido uma importante mudança no padrão do consumo de alimentos em diversas partes do mundo, movida especialmente por processos de incremento de renda e de urbanização.⁹ Apesar dos preços mais elevados, o crescimento acelerado da renda de pessoas antes excluídas – especialmente em países em desenvolvimento – tem levado a fortes incrementos no consumo *per capita* de alimentos. Verifica-se, em paralelo, uma mudança de hábitos alimentares, incluindo-se maiores quantidades de trigo, carnes e derivados animais (o que também exige aumentos exponenciais no uso de cereais como ração). Esses processos contribuem, de uma forma ou de outra, para a pressão sobre os preços globais de alimentos, entre outros efeitos.

A alta dos preços dos alimentos é influenciada por dois fatores cruciais: o esgotamento dos recursos naturais não renováveis (petróleo, gás, fósforo e potássio) e a destruição dos recursos naturais renováveis (água, solo, biodiversidade). O primeiro fator implica preços sempre mais altos de adubos e agrotóxicos, bem

como custos crescentes na operação de máquinas e transporte de produtos. O segundo fator implica a redução da disponibilidade de terras e de água para a agricultura, bem como crescentes desequilíbrios ambientais resultantes de processos de desmatamento e adoção de grandes monoculturas. Por outro lado, há uma crescente erosão na base genética das espécies cultivadas, tornando as poucas variedades em uso cada vez mais vulneráveis a ataques de pragas e doenças. Finalmente, o modelo de desenvolvimento agrícola dominante não só é um dos principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa e, portanto, da aceleração do aquecimento global, como também sofre com as consequências desse processo, estando sujeito cada vez mais à instabilidade climática crescente, com secas, inundações, geadas e ventanias. Além disso, a migração de capital financeiro para a especulação em commodities, incluindo as agrícolas e os biocombustíveis, influencia diretamente os preços e pressiona a disputa por áreas e investimentos produtivos.

Somam-se a esse cenário várias reflexões que têm sido feitas sobre a sustentabilidade do modelo de produção predominante na agropecuária mundial. Na segunda metade de século XX, com a chamada “Revolução Verde”, conseguiram-se aumentos consideráveis de produção e de produtividade, com base na mecanização, uso de agroquímicos e monocultivos. Entretanto, hoje são computados altos custos ambientais e para a saúde, que representam custos econômicos também elevados.

A degradação dos solos – um quarto dos solos agricultáveis do mundo está em processo de degradação mais ou menos avançado¹⁰ – e o crescimento de áreas desertificadas, em decorrência de desmatamentos e práticas inadequadas de manejo do solo, são processos que tendem a se agravar com os avanços do aquecimento global. No caso da pesca, destaca-se a exploração excessiva a que a maioria dos recursos pesqueiros está submetida, além da degradação dos ambientes aquáticos, decorrente dos modelos de desenvolvimento rural e industrial preponderantes nas últimas décadas, que colocam em risco os estoques pesqueiros e representam uma ameaça também significativa à segurança alimentar mundial.

No que se refere ao uso intensivo de agroquímicos, a FAO alerta que nos últimos vinte anos o consumo global de agrotóxicos cresceu 40% a mais que a própria produção agrícola,¹¹ o que acarreta problemas de saúde entre consumidores e trabalhadores, além de levar a uma situação de dependência em países importadores de agrotóxicos e fertilizantes, aumentando os custos de produção. A insustentabilidade desse modelo para o longo prazo fica ainda mais evidente ao se notar que os agroquímicos amplamente utilizados são feitos a partir de recursos naturais não renováveis, que estão em processo mais ou menos acelerado de exaustão. Evidencia-se que nesse período o Brasil se consagrou como campeão mundial de uso de agrotóxicos, o que compromete seriamente o futuro do país como referência na produção de alimentos para segurança e soberania alimentar e nutricional.

Todos os aspectos apresentados sinalizam a necessidade de se ampliar a produção de alimentos, em quantidade, diversidade e qualidade, buscando ampliar as políticas em curso que se dirigem para a construção de um modelo de produção sustentável, saudável e menos dependente, que garanta abastecimento seguro e estável, reduzindo a volatilidade dos preços. Esse modelo vem sendo apontado por várias entidades multilaterais¹² como sendo a agroecologia aplicada pela agricultura familiar.

Como se destaca neste PNDRSS, a alternativa de fortalecimento da agricultura familiar, em bases sustentáveis, com ênfase na agroecologia, e sua ampliação pela reforma agrária se traduzem como uma resposta a esse desafio.

1.3 A agricultura familiar e o processo de desenvolvimento no Brasil

Segundo dados do último Censo Agropecuário,¹³ o rural brasileiro tem quase 5,2 milhões de estabelecimentos produtores, dos quais 84% são de agricultura familiar. A agricultura familiar responde por 74% de um total de 16,5 milhões de postos de trabalho rurais. O número de pessoas ocupadas nesse setor equivale a mais que o dobro das ocupações geradas pela construção civil no país. Agricultores e agricultoras familiares geram 38% do valor bruto

da produção agropecuária nacional e produzem a maior parte dos alimentos que vão para a mesa de brasileiros e brasileiras. Isso inclui 83% da produção total nacional de mandioca, 70% da de feijão, 69% da de hortaliças, 59% da de suínos, 58% da de leite e 51% da de aves, entre outras. No início de 2014, contabilizou-se um total de 5 milhões de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas de agricultores e agricultoras familiares, além de 3 mil entidades com DAP jurídica¹⁴.

Dentro desse ambiente rural, na última década, 5,3 milhões de pessoas ascenderam socialmente. A pobreza teve uma queda expressiva, com redução da taxa de pobreza rural de 54%, em 2001, para 33%, em 2009, e da taxa de pobreza extrema de 28% para 14%, no mesmo período. Entre 2003 e 2011, a renda média dos domicílios da agricultura familiar teve um crescimento real acumulado de 52%, com fortalecimento expressivo da renda proveniente do trabalho.¹⁵

Outros indicadores também apresentaram mudanças importantes: a proporção de domicílios rurais com água canalizada e energia elétrica, por exemplo, passou de 53% em 2001, para 74%, em 2012; a de domicílios com energia elétrica (independentemente de ter água canalizada ou não) saiu de 78% para 97%.¹⁶ O acesso à energia elétrica possibilita um salto em qualidade de vida e de lazer, assim como em produtividade. Possibilita a aquisição de equipamentos para beneficiar e armazenar a produção, além de incluir brasileiros e brasileiras do campo no mercado consumidor de produtos como geladeiras e televisores, gerando mais produção e mais empregos também em outros setores da economia.

Destaca-se, ainda, que as áreas de reforma agrária compreendem atualmente uma parcela importante que se agrega à dinâmica mais geral da agricultura familiar. O país contabilizava, no início de 2014, um total de 957 mil famílias assentadas no processo de reforma agrária, e a soma da área de todos os assentamentos era superior a 88 milhões de hectares, o que equivale a mais de 10% de todo o território nacional e a 1/4 da área de todos os estabelecimentos agropecuários identificados no Censo Agropecuário de 2006.¹⁷ Quase 60% dessas terras foram incorporados à reforma agrária nos últimos

dez anos, por desapropriação e compra de imóveis, destinação de terras públicas e pelo reconhecimento de territórios de comunidades tradicionais. Ainda assim, a estrutura fundiária permanece marcada pela desigualdade histórica na distribuição de terras e acesso a outros recursos naturais, de forma que esse tema permanece como desafio estrutural e estratégico para o país.

Esses avanços se inserem no quadro mais geral vivido pelo Brasil, neste início de século XXI. O país se encontra em uma dinâmica forte de redução das desigualdades e aumento de renda da população, o que tem a ver com uma mudança verificada na postura do Estado frente à questão do desenvolvimento, promovendo políticas de inclusão produtiva, valorização do salário mínimo e proteção social, entre outras. Isso tem garantido, de forma crescente, direitos de cidadania e acesso ao consumo a novos segmentos da população, tanto nas cidades quanto no campo. A renda real das famílias no Brasil aumentou 43% na última década, com crescimento a taxas maiores entre os mais pobres, negros/pardos, moradores de periferia, mulheres e pessoas com menos de um ano de estudo, segundo aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).¹⁸ Foram gerados, entre 2003 e 2013, um total líquido de 20,1 milhões de novos empregos formais,¹⁹ com uma importante redução da taxa de informalidade. Na década de 1990, cerca de oito em cada dez novos empregos gerados na economia nacional eram informais;²⁰ hoje, oito em cada dez novos postos de trabalho gerados tem carteira assinada.²¹ Síntese que expressa esse processo de mudança estrutural é a redução da desigualdade de renda a partir dos anos 2000.²²

Para além dos números, hoje se reconhece o rural – mais que resíduo do urbano, delimitado administrativamente por dados e indicadores – como espaço de relações sociais, econômicas e culturais, que envolve uma parcela significativa dos brasileiros e das brasileiras, 37% da população nacional.²³ Em síntese, os rumos assumidos pelo rural têm relação muito mais direta com o desenvolvimento nacional do que é comumente aceito, e as discussões sobre a relação entre regiões urbanas e rurais têm se guiado pela ideia-força de que se pode (e se deve) ser cidadão igualmente nos dois espaços. O rural é também espaço de vida, e não apenas de produção.

Tendo em vista o fortalecimento desse rural, um conjunto de ações vem sendo implementado, em direção à construção de um ambiente mais justo, menos desigual, com renda e condições de produção. Foi constituído um arcabouço de ações públicas no sentido de: (i) aprofundar a democratização da terra; (ii) garantir crédito para custeio e investimentos das atividades produtivas, com forte ênfase concedida à agricultura familiar; (iii) reconstruir e institucionalizar uma política de assistência técnica e extensão rural, com foco nos pequenos agricultores e agricultoras; (iv) apoiar a estabilidade da renda da agricultura familiar mesmo frente a intempéries climáticas e adversidades de outras naturezas (com programas de seguro, de convivência com o semiárido e também de garantia de renda frente a quedas nos preços estimados de venda dos produtos); (v) fomentar uma crescente qualificação e agregação de valor na produção, inclusive apoiando o desenvolvimento de agroindústrias familiares; (vi) direcionar o poder de compra do Estado (alimentação escolar, por exemplo) para a compra de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar; (vii) promover a autonomia econômica das mulheres rurais; (viii) garantir direitos territoriais a povos e comunidades tradicionais; (ix) levar políticas sociais e de infraestrutura para o rural; entre inúmeras outras iniciativas de valorização da diversidade e superação das desigualdades existente nas áreas rurais e de construção de um rural onde se possa viver e produzir com dignidade.

Os esforços de construção de políticas públicas de desenvolvimento rural passam a compreender o rural de forma mais ampla, com ações integradas e de maior coordenação federativa, que, em conjunto com as políticas agrícolas e fundiárias, atingem milhares de beneficiários e beneficiárias rurais.

Essa nova forma de se compreender o rural resulta em políticas e ações como o Programa Mais Médicos, que, entre outras medidas, prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais, sobretudo nas áreas rurais; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva a construção ou reforma de habitação para a população que vive no campo; e o Bolsa Família,

programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país.

Nesse sentido, a implantação da Política de Educação do Campo, a reformulação do projeto político-pedagógico das escolas do meio rural e a garantia de acesso à educação de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino são consideradas temas estratégicos para a construção de um “rural com gente” e de um modelo de desenvolvimento que valorize e empodere os modos de vida dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, concretizados em ações recentes, como a instituição das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo e o Decreto n 7.352/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que eleva a Educação do Campo à política de Estado; e a criação de programas específicos, como o Projovem Campo – Saberes da Terra (promoção de ações para a elevação da escolaridade e para a qualificação profissional e social de jovens agricultores familiares) e o Pronatec Campo (ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da oferta de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região do país).

É importante reconhecer, também, que o orçamento para a política de desenvolvimento rural teve aumento substantivo ao longo da última década. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, como destaque, teve um salto orçamentário de R\$ 2,31 bilhões de 2003 para R\$ 7,44 bilhões em 2013. Considerando-se o incremento trazido pelos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que passaram a ser geridos pelo MDA, a partir de 2012, o valor total de 2013 foi de R\$ 10,9 bilhões (quatro vezes o valor de 2003). Já os recursos do Pronaf passaram de R\$ 2,3 bilhões na safra 2002-2003 para R\$ 21 bilhões disponibilizados para a safra 2012-2013.²⁴

Em suma, ocorreu uma valorização do rural, com o maior reconhecimento da importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de emprego e renda e do destaque ganho pela exigência de sustentabilidade nas

atividades rurais, agrícolas ou não, relativas às dimensões territoriais, identitárias, culturais e ambientais dessas atividades. Houve uma ampliação do consumo de produtos da agricultura familiar e de alimentos sustentáveis, para o que contribuíram, entre outros fatores, os avanços obtidos nos programas de compras públicas ou institucionais. Aumentaram os investimentos públicos em infraestrutura produtiva e para a melhoria da qualidade de vida no campo.

Não obstante os avanços alcançados, as políticas adotadas nos últimos vinte anos mantiveram a lógica de fortalecimento do uso de insumos industriais pela facilitação do crédito, da assistência técnica e do seguro, em particular na região Sul do país, onde a “modernização” da agricultura familiar foi mais intensa e é antiga. Embora tenha havido um aumento da produção, houve também um aumento do endividamento dos agricultores/as e sua subordinação ao circuito agroindustrial. Os movimentos dos agricultores(as) vêm percebendo essa perda de autonomia e reivindicando o redirecionamento de políticas públicas para promover o modelo de produção agroecológica.

Considerando-se as condições da produção de alimentos no mundo e no Brasil, bem como o aumento esperado da demanda, é necessário priorizar a segurança e soberania alimentares. Porém, com justificativa nas conjunturas nacional e internacional, têm sido priorizadas políticas públicas que privilegiam a produção de commodities para exportação, o que gera a dependência de importações de alimentos de consumo corrente (como arroz, feijão e trigo).

De modo geral, considerando-se as condições da produção de alimentos no mundo e os avanços ocorridos no país, projetam-se possibilidades de que a agricultura familiar brasileira desempenhe papel de ainda maior destaque na garantia da segurança alimentar, promovendo estabilidade do abastecimento e, conseqüentemente, dos preços dos alimentos. Considerando-se a participação da alimentação no custo de vida, o fortalecimento da agricultura familiar se torna parte essencial das estratégias de controle da inflação e de estabilidade macroeconômica, contribuindo para os avanços no crescimento do Brasil e no enfrentamento da pobreza no campo e nas cidades.

1.4 Desafios e temas estratégicos

O grande desafio colocado é construir novas perspectivas a partir do caminho trilhado até aqui, implementando políticas para a agricultura familiar com cada vez mais qualidade e alinhadas a uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, superando definitivamente a visão puramente instrumental do rural, que deixava a população que nele vive excluída dos benefícios do desenvolvimento.

Para avançar em direção a uma agricultura familiar multifuncional, geradora de emprego e renda, produtora de alimentos saudáveis e fator determinante para o desenvolvimento, faz-se necessário avançar em questões estruturantes, como o acesso à terra, à água, às florestas e a outros recursos naturais. Para tanto, precisam ser construídos e fortalecidos mecanismos de efetiva governança, visando a qualificar a gestão da ocupação e do uso de recursos naturais, garantindo transparência, segurança jurídica e acesso mais justo à terra, à água, à floresta e a outros.

Trata-se da ampliação do conhecimento e dos instrumentos de gestão das informações relacionadas à malha fundiária brasileira e ao mercado de terras, em articulação com avanços na redução de desigualdades na estrutura fundiária, garantia de regularidade fundiária para posses legítimas e garantia de direitos territoriais a povos e comunidades tradicionais. Envolve, ainda, mecanismos de garantia de acesso à água, à floresta e a outros recursos naturais, imprescindíveis para garantir soberania alimentar, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável para inúmeras populações.

A reforma agrária, que ainda se apresenta como desafio para a sociedade brasileira, conta hoje com uma área considerável (88 milhões de hectares), como já foi destacado. Essa extensão de terras, que envolve quase um milhão de famílias assentadas, representa relevante capacidade produtiva no universo da agricultura familiar. Estão cada vez mais presentes questões relacionadas à situação social, produtiva, fundiária e ambiental das áreas reformadas e a necessidade de articulação de políticas públicas em assentamentos, para integrar

efetivamente essas comunidades à dinâmica socioeconômica e produtiva dos territórios em que se inserem, resultando em um agrário mais justo e produtivo. A realidade dessa reforma agrária já feita convive com o desafio de incorporar novas áreas, para incidir na estrutura fundiária e ampliar a produção familiar, garantindo justiça social e inclusão produtiva e fortalecendo a estratégia nacional de segurança e soberania alimentares. Esse desafio envolve considerar, atualmente, temas tão complexos quanto: (i) a demanda organizada de movimentos sociais materializada em acampamentos da reforma agrária, presentes em 907 municípios brasileiros, mas com 77% das famílias acampadas concentradas em 314 municípios que têm acampamentos com cem ou mais famílias; (ii) a movimentação do mercado de terras, marcado por brutal elevação de preços nos últimos anos (70% nos últimos 36 meses);²⁵ (iii) as limitações dos instrumentos jurídicos e administrativos existentes para a desapropriação de imóveis; (iv) a dinâmica das atividades agropecuárias na economia mundial e nacional e sua relação com os fatores anteriores; (v) a caracterização do público que demanda terras, em um ambiente de mais de uma década de conquistas e garantias sociais e de renda; e, finalmente, (vi) a necessária mediação entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao mesmo tempo, é imprescindível a promoção de arranjos produtivos que fortaleçam a organização econômica da agricultura familiar, em sua diversidade produtiva, social e ambiental. Isso significa: (i) aumentar a produção e a produtividade e agregar valor no processo produtivo; (ii) ampliar a capacidade de gestão produtiva e de comercialização, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo solidários; (iii) adequar regras de produção e comercialização às especificidades de escala e do sistema produtivo da agricultura familiar; (iv) aproximar agricultores e agricultoras familiares do mercado consumidor, favorecendo circuitos curtos de produção e consumo, sem extensas redes de atravessadores; (v) adequar a legislação tributária, fiscal, sanitária, ambiental e previdenciária, em nível municipal, estadual e federal, permitindo a correta implantação das agroindústrias familiares. A renda proporcionada pela produção de alimentos e produtos saudáveis e sustentáveis deve chegar

efetivamente a quem os produziu, funcionando como incentivo retroalimentador para a consolidação de um ciclo virtuoso.

Nesse sentido, a agroecologia tem se colocado como uma opção viável e especialmente adaptável à produção agropecuária de base familiar. Para cumprir essa missão, é fundamental avançar nas ações de democratização do acesso à terra e de ampliação da área de produção familiar, pois a produção agroecológica é, em essência, uma função da agricultura familiar.

Em outubro de 2013, foi lançado na Plenária Final da 2ª CNDRSS o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, reunindo iniciativas indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica. Há exemplos exitosos em todo o Brasil, mas ainda minoritários. Os desafios estão em mantê-los e ampliá-los, articulando cada vez mais os instrumentos de política do desenvolvimento rural ao compromisso com essa transição.

A busca dessa produção mais autônoma e efetivamente sustentável, que tenha uma relação cooperada e geradora de renda com o mercado, exige o aprimoramento cada vez maior dos instrumentos de política (financiamento, assistência técnica, organização produtiva e seguros, entre outros), organizando-os e articulando-os de forma a efetivar os objetivos pretendidos. Além dessa qualificação, são necessários a ampliação de acesso a esses instrumentos, tanto no que se refere à cobertura quanto à inclusão de públicos específicos, e, finalmente, o fortalecimento das capacidades do Estado para garantir a prestação com efetividade.

Em relação à superação das desigualdades de gênero, também se verificam desafios persistentes. Incidir sobre os processos que perpetuam a divisão sexual do trabalho no meio rural, promovendo condições de socialização dos cuidados e ampliando as ações de enfrentamento à violência contra a mulher, requerem uma ação articulada e integrada do Estado, em parceria com as organizações da sociedade civil. Potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das

mulheres rurais são os aspectos determinantes na promoção da igualdade entre mulheres e homens no meio rural.

Por fim, a efetividade e a articulação entre as ações e, sobretudo, a incorporação de uma orientação estratégica ao conjunto dos instrumentos de políticas para impulsionar a multifuncionalidade da agricultura familiar em direção a um futuro de desenvolvimento rural mais sustentável passam por fortalecer a abordagem integrada do território rural e os espaços de planejamento e gestão social – princípios que orientam a realização da 2ª CNDRSS.



2. A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

2.1 Antecedentes: a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural

A construção do PNDRSS situa-se no processo que começa na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS), realizada em 2008, que definiu a proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), convertida em projeto de lei, atualmente em tramitação no Legislativo.

A proposta de PDBR pôs em curso uma construção continuada, que deu origem à 2ª CNDRSS e forneceu conceitos e valores presentes neste Plano. Evidenciou noções de ruralidade e de desenvolvimento rural que podem ser sintetizadas pela visão de construção de um “Brasil Rural Sustentável com Gente”. Como desdobramento, apontou para a importância da abordagem territorial, a ser adotada e fortalecida para a efetiva integração entre políticas públicas e a estratégia de desenvolvimento, fundamental para estimular e aprofundar as interações entre o rural e o urbano e possibilitar processos mais profundos de participação social. Assim, a proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, apresentada pelo Condraf em 2010, estabeleceu princípios e diretrizes da construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil rural.

2.1.1 Princípios e Diretrizes Estratégicas da PDBR

O PNDRSS adota os em sua totalidade os princípios estabelecidos pela PDBR: a democracia como fundamento básico da cultura política e das relações sociais; a sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, como orientação fundamental para reduzir as desigualdades sociais e regionais; a inclusão como ampliação dos mecanismos de democratização política, social, cultural e econômica da sociedade brasileira, assegurando a participação igualitária de todos os

segmentos sociais; a diversidade como reconhecimento da importância dos patrimônios ambiental, sociocultural, econômico e político existente nos espaços rurais; a igualdade como resultado das transformações na dimensão da vida social para superação das desigualdades econômicas, de gênero, geração, raça, cor e etnia na sociedade brasileira; a solidariedade como responsabilidade individual e coletiva compartilhada em favor de ordem econômica, social, política, ambiental e cultural mais justa, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação.

Da mesma forma, definiram-se, ainda, as diretrizes estratégicas do processo de desenvolvimento: a potencialização da diversidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional e a valorização das múltiplas funções desempenhadas pelos espaços rurais; a dinamização econômica, a incorporação de inovações e a democratização do acesso às tecnologias voltadas à construção de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal, pesqueira e aquícola; o fortalecimento dos fatores de atratividade geradores de qualidade de vida, inclusão social e igualdade de oportunidades nos espaços rurais; o fortalecimento de um arranjo institucional integrador das ações do Estado brasileiro e a consolidação dos mecanismos de controle e gestão social, com base no protagonismo das organizações da sociedade civil.

2.1.2 Objetivos da PD BR

Os princípios consagrados na PD BR são incorporados ao PNDRSS:

- i. instituir no Brasil rural um espaço construído com o comprometimento de toda a sociedade, onde viva com dignidade, pelo menos, um terço da população brasileira;
- ii. cumprir as funções sociais, culturais, econômicas e ambientais dos espaços rurais;
- iii. garantir o papel estratégico dos espaços rurais na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no país;
- iv. fortalecer processos de dinamização econômica, social, cultural e política dos espaços rurais;



- v. priorizar o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, visando à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e à democratização do acesso à terra e à água;
- vi. formular e implementar políticas, programas e ações que assegurem o acesso à terra, a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural e a permanência das populações rurais, especialmente jovens, com dignidade nas áreas rurais;
- vii. estimular a modificação do padrão de produção e de consumo alimentar da população brasileira, em favor de hábitos alimentares saudáveis;
- viii. garantir a integração e a ampliação do acesso a políticas, serviços e equipamentos de infraestrutura logística públicos e de qualidade, que garantam responsabilidade na socialização do trabalho doméstico, com destaque para as áreas de educação, saúde e moradia;
- ix. garantir a aplicação dos direitos do trabalho no espaço rural; e
- x. construir, criar e consolidar mecanismos e instrumentos de gestão social no planejamento, elaboração, integração, controle e monitoramento das políticas públicas.

A interface entre os processos das duas conferências nacionais permite que se afirme que a 2ª CNDRSS, ao discutir um plano nacional de desenvolvimento rural, buscou materializar as demandas e as propostas acordadas na 1ª CNDRSS e expressas na proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural. Essas demandas e propostas foram atualizadas pelo novo contexto, decorrente da implementação de uma série de políticas públicas e marcado por avanços significativos no desenvolvimento social e econômico do Brasil.

2.2 A dinâmica da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: metodologia, etapas e avaliação

A 2ª CNDRSS teve como objetivo geral a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável como instrumento estratégico para a participação do rural no desenvolvimento nacional.

A etapa nacional foi precedida por 414 conferências territoriais, intermunicipais e municipais; 26 conferências estaduais e uma distrital; oito conferências temáticas/setoriais; quatro conferências livres; e quatorze plenárias preparatórias de mulheres rurais, totalizando 468 eventos, que ocorreram em todo o país, entre os meses de maio e outubro de 2013.

A 2ª CNDRSS foi estruturada em sete eixos temáticos, com a definição dos quatro primeiros como eixos gerais e dos três últimos como eixos transversais, organização que orientou as discussões em todas as etapas do processo.

- Eixo 1 – Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroecologia.
- Eixo 2 – Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais.
- Eixo 3 – Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida.
- Eixo 4 – Gestão e Participação Social.
- Eixo 5 – Autonomia das Mulheres Rurais.
- Eixo 6 – Autonomia e Emancipação da Juventude Rural; e
- Eixo 7 – Promoção do Etnodesenvolvimento.

A fim de fortalecer os espaços de diálogo e de participação social, a 2ª CNDRSS contemplou a realização de conferências territoriais, intermunicipais, municipais, estaduais, setoriais, temáticas e livres. Nessas etapas preparatórias, foram discutidas e aprovadas propostas para a elaboração de planos territoriais, municipais e estaduais. Participaram, somadas todas as etapas, 42.835 representantes da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais, jovens rurais, além de gestores e gestoras públicas. Como consequência disso, a conferência destacou-se por amplo processo de mobilização que garantiu a representatividade de diversos atores sociais nas diferentes etapas.

A organização da conferência, com base nos territórios rurais, seguiu a estratégia de estímulo e valorização da articulação local dos atores e das atrizes

para elaboração e monitoramento das políticas públicas de desenvolvimento rural – pilares do processo de gestão social que vem sendo construído ao longo de mais de dez anos, pela implementação da política de desenvolvimento territorial. Isso possibilitou o fortalecimento dos debates territoriais e estimulou novos processos, uma vez que foram realizadas conferências intermunicipais nas quais ainda não havia a formalização de unidade territorial.

Outro marco de inovação da 2ª Conferência foi a paridade de gênero, obrigatória desde as etapas de preparação. Essa foi a primeira conferência nacional a garantir a participação de 50% de mulheres em sua delegação. Essa estratégia de promoção da igualdade foi resultado da organização social e política das mulheres rurais e do compromisso institucional com a igualdade de gênero, imprescindível aos avanços no desenvolvimento rural.

A 2ª CNDRSS também estabeleceu patamar mínimo de 20% para a representação da juventude rural, em todas as etapas de construção da conferência, em consonância com a centralidade que as questões sucessórias, de inovação e de acesso aos benefícios do desenvolvimento têm adquirido nos últimos anos. Destaca-se que, como resultado, atingiu-se a marca de 25% de jovens na conferência nacional.

A participação de povos e comunidades tradicionais também foi privilegiada, com a realização de uma conferência setorial específica que elegeu diretamente oitenta delegados e delegadas para a etapa nacional.

A paridade de gênero, a participação da juventude e de povos e comunidades tradicionais e a inclusão das questões relacionadas a esses públicos como temas transversais estratégicos para o desenvolvimento, em toda a Conferência, firmam-se como referências para outros processos de participação e de gestão sociais, não apenas no que se refere à ampliação numérica de representantes desses segmentos, mas principalmente no processo de afirmação das agendas políticas desses atores e atrizes sociais, de forma a garantir suas especificidades na superação das desigualdades no Brasil Rural.

Da mesma forma, a realização das conferências temáticas, setoriais e livres contribuiu para aprofundar temas específicos, qualificar proposições e articular a

intervenção dos atores nas etapas territoriais e estaduais. As conferências temáticas e setoriais realizadas em caráter nacional abordaram as questões relativas a: agrobiodiversidade; mulheres rurais; povos e comunidades tradicionais; juventude rural; e Semiárido Brasileiro. Esse processo preparatório foi avaliado como fundamental para garantir a qualificação e a visibilidade de propostas temáticas e específicas em todos os eixos da conferência

A 2ª CNDRSS inovou, também, ao utilizar documento de referência que apresentou os objetivos da conferência, conceitos de desenvolvimento, eixos temáticos e respectivas políticas, com indicação de avanços e de desafios. Esse documento, de caráter orientador, permitiu o livre debate e a construção de propostas, na medida em que não restringiu o processo à proposição de emendas a um texto-base.

Como instrumento complementar ao documento de referência, foi elaborado o roteiro orientador para a formulação das propostas nas conferências territoriais e intermunicipais. O roteiro foi organizado para que os debates acontecessem em dois blocos: (i) questões centrais, formuladas previamente pelas comissões organizadoras, em diálogo com o documento de referência e com outras elaborações já existentes sobre desenvolvimento rural (planos, fóruns, redes) do local onde se realizava a conferência; e (ii) proposições consideradas estratégicas para a elaboração ou atualização do plano de desenvolvimento rural sustentável e solidário relacionadas às questões centrais.

Essa metodologia possibilitou análise mais próxima da realidade local e a construção de um conjunto de propostas adequadas a cada nível, configurando um processo de planejamento com participação social e mais propício à efetividade de resultados, ao trazer para as discussões as questões que deveriam ser incorporadas ao plano de onde foi realizada cada conferência. Esse processo permitiu que fossem evidenciadas, ainda, as responsabilidades federativas no processo de desenvolvimento rural, no que diz respeito à implementação das propostas e à construção, por governos estaduais e municipais, de seus planos específicos.

Destaca-se, finalmente, a condução política da Conferência no âmbito do

Condraf, de responsabilidade da Comissão Organizadora Nacional (CON) – instância paritária, constituída por representantes do poder público e da sociedade civil, que construiu espaços de participação em todo o processo conferencial. Em todas as etapas preparatórias, foram constituídas comissões organizadoras nos mesmos moldes, exigência para a realização das conferências. No processo de construção e realização da 2ª CNDRSS, evidenciou-se significativa maturidade política na relação entre poder público e sociedade civil, o que se refletiu na construção do Plano Nacional.

2.3 As propostas da 2ª CNDRSS e sua transformação em Plano

Nas discussões de cada etapa da conferência, os participantes buscaram qualificar o diagnóstico sobre o desenvolvimento local à luz das questões nacionais trazidas pelo Documento de Referência. A partir daí, foram formuladas proposições a serem incorporadas nos planos territoriais, municipais, estaduais e no Nacional. Das conferências territoriais, intermunicipais, setoriais e estaduais, originaram-se 338 propostas que foram submetidas à Conferência Nacional. Essas propostas foram debatidas em comissões temáticas organizadas a partir dos quatro eixos gerais da Conferência. Os eixos transversais de autonomia das mulheres rurais, etnodesenvolvimento e emancipação da juventude rural foram debatidos juntamente com os demais. Essa metodologia foi utilizada desde as etapas preparatórias como estratégia de integração das propostas transversais/específicas ao conjunto das discussões da Conferência.

O processo de construção das propostas da 2ª CNDRSS teve como ponto de partida as 283 conferências territoriais e intermunicipais, nas quais foram sistematizadas 11.320 propostas para debates nas 27 conferências estaduais e distrital. Durante o processo de debates nas conferências estaduais e distrital, das 11.320 propostas, foram priorizadas 1.080 para envio à Conferência Nacional, as quais, somadas às oitenta propostas priorizadas nas oito conferências setoriais e temáticas, totalizaram 1.160 propostas. Essas 1.160 propostas foram sistematizadas por uma equipe de trabalho constituída para esse fim,

que organizou as 388 propostas que foram encaminhadas para debate na Conferência Nacional. Essas propostas foram debatidas em comissões temáticas organizadas pelos eixos gerais e transversais.

Do conjunto das propostas submetidas à etapa nacional, foram aprovadas cem propostas, que constituem a referência programática para a elaboração deste plano.

Com base nos resultados da Conferência, o Condraf, com o apoio do Grupo de Trabalho de Elaboração do PNDRSS (GTPlan), constituído regimentalmente ao término da 2ª CNDRSS, identificou objetivos estratégicos, estratégias e iniciativas que compõem o PNDRSS.

2.3.1 Objetivos Estratégicos do PNDRSS

O PNDRSS é apresentado com oito objetivos estratégicos, elaborados a partir dos sete eixos temáticos debatidos na 2ª Conferência acrescidos de um eixo relacionado às estratégias internacionais para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, dadas as repercussões diretas, positivas ou negativas, que as ações internacionais podem ter sobre o desenvolvimento rural nacional. Os objetivos estratégicos do Plano são:

1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis;
2. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
3. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa;
4. Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas;
5. Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilate-

rais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica;

6. Promover a autonomia das mulheres por meio da garantia do acesso à terra e à cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos;

7. Promover a autonomia e da emancipação da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos, com ênfase nas políticas educacionais e da organização produtiva; e

8. Promover o etnodesenvolvimento, valorizando a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade.

Em respeito à metodologia adotada na 2ª CNDRSS, a matriz do item 2.5 do presente Plano é apresentada a partir da integração dos 3 objetivos transversais (Objetivos Estratégicos 6, 7 e 8) aos 5 objetivos gerais (Objetivos Estratégicos 1 à 5).

As cem propostas advindas da Conferência transformaram-se em estratégias e iniciativas, alinhadas aos oito objetivos estratégicos. Na concepção do PNDRSS, entende-se por estratégia cada conjunto integrado de ações estruturadas, regras decisórias e posicionamentos assumidos e implementados para atingir os objetivos. São os caminhos mais gerais do “como fazer” para se chegar aos objetivos. Foi definido, para a concretização dos objetivos do Plano, um conjunto de 35 estratégias, sendo dez para o Objetivo 1 (com os vinculados 6, 7 e 8), seis para o Objetivo 2 (com os vinculados 6, 7 e 8), onze para o Objetivo 3 (com os vinculados 6, 7 e 8), três para o Objetivo 4 (com os vinculados 6, 7 e 8) e cinco para o Objetivo 5 (com os vinculados 6, 7 e 8).

Para cada estratégia, foram estabelecidas iniciativas, entendidas como os passos necessários à concretização dos resultados. As iniciativas decorrentes das propostas da 2ª CNDRSS têm dimensões diferenciadas no que se refere ao prazo necessário para que se realizem por completo, o que influencia diretamente a definição de suas metas.

De forma alinhada ao ciclo formal de execução das políticas públicas, foi

adotado como curto prazo o ano de 2015 (ano de encerramento do PPA 2012-2015). Nesse sentido, para a identificação das metas prioritárias de curto prazo, foram considerados compromissos quantificáveis já assumidos em diversos âmbitos do governo federal, como o próprio PPA 2012-2015, o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica – Brasil Agroecológico, o Planejamento Estratégico do MDA/INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros. Essas são as metas da matriz apresentada no item 2.5 deste Plano.

As iniciativas que envolvem maior complexidade operacional ou que demandam alterações normativas e institucionais se concretizarão numa perspectiva de médio prazo. Essas deverão ser aprofundadas no processo de acompanhamento e de gestão do plano e servir de base para a elaboração do próximo PPA (2016-2019) e de planos decorrentes.

Por fim, existem iniciativas que demandam alterações normativas ou institucionais complexas e que precisam de etapas prévias (de curto e médio prazos) para que possam ser concluídas no longo prazo. Essas iniciativas compõem o cenário futuro que orienta o caminho a ser trilhado na execução das ações; são grandes desafios que se apresentam para o desenvolvimento rural.

2.4 Ênfases e prioridades definidas pela 2ª Conferência Nacional para a elaboração do PNDRSS

As propostas aprovadas na 2ª CNDRSS expressam, em conjunto, o horizonte que deve ser perseguido na pactuação de ações no próximo período, entre os diferentes níveis de governo e os segmentos representativos da sociedade civil do Brasil rural.

Grande parte das propostas dialoga diretamente com as tendências e desafios globais e sinaliza uma demanda articulada pelo que pode ser chamado de um novo ciclo das políticas para o desenvolvimento rural, não apenas com o lançamento de novas ações, mas com a adequação da agenda ao novo contexto nacional e internacional, a solução de problemas enfrentados nas

políticas atuais e a procura por novos arranjos, que possibilitem a articulação efetiva da agricultura familiar com os desafios estratégicos do desenvolvimento. As ênfases e prioridades programáticas que se destacam na matriz de propostas da 2ª CNDRSS indicam a necessidade de **articulação e de chegada sincronizada das políticas públicas em âmbito federativo, intersetorial e intragovernamental**, de modo a assegurar a sustentabilidade da intervenção estatal, incentivando a mudança no padrão de desenvolvimento individual, familiar e comunitário e promovendo a efetividade de resultado das ações.

A **abordagem territorial** é confirmada como referência para o planejamento, a implementação e a gestão das políticas públicas, com o fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial, da articulação federativa e das institucionalidades do desenvolvimento territorial, com especial destaque para o **Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. É grande a demanda pela ampliação dos **investimentos em infraestrutura socioprodutiva e em serviços públicos** nas comunidades rurais, de modo a promover a melhoria das condições de vida e reduzir as desigualdades em relação aos espaços urbanos. São apontadas demandas por ações de várias políticas setoriais, com peso para saúde, educação, segurança pública e habitação rural. É bastante apontada a necessidade de **avaliação e ajuste de instrumentos de política pública existentes**, de modo a assegurar seus objetivos e efetividade, como a política de crédito e de assistência técnica e extensão rural (Ater). Aparece com força a demanda pela **adaptação** desse repertório atual de políticas públicas **a diferentes realidades e especificidades** de biomas/regiões/territórios, segmentos sociais e condições socioeconômicas de agricultores e agricultoras. Os biomas semiárido e amazônico são especialmente destacados, com suas questões específicas, tais como acesso à água, no caso do primeiro, e fortalecimento do extrativismo, no do segundo, e a importância do uso e adequação de tecnologias sociais para ambos.

As adaptações e redirecionamentos demandados são permeados por uma grande preocupação com ações que promovam **sistemas sustentáveis**

de produção, extração e manejo, com grande **destaque para a produção agroecológica**. Dentro dessa perspectiva, é apontada ainda a necessidade de medidas específicas para **preservação da biodiversidade**, com destaque para o fomento à produção e ao uso de sementes crioulas.

Especial destaque é dado, ainda, aos avanços necessários para se contar de modo massivo e participativo com uma política de **Ater** que sirva como elemento de conscientização, como plataforma de integração e acesso a políticas públicas, que atue de forma adequada às diferentes realidades apontadas anteriormente, em interação com os diferentes públicos e indivíduos atendidos, promovendo boas práticas que levem à sustentabilidade dos sistemas produtivos alimentares e ao aumento da renda e da produtividade.

As propostas apontam, também, a necessidade premente de fortalecer a **organização da produção e a inclusão produtiva** de agricultores e agricultoras familiares e dos povos e comunidades tradicionais, para ampliar a participação de seus produtos no abastecimento dos mercados, fomentando a inclusão socioeconômica, a contribuição para a segurança alimentar e a consolidação da agricultura familiar como segmento essencial da economia nacional.

Associado a isso, um dos destaques foi dado à importância de se fortalecerem os programas de **compras governamentais e institucionais** de produtos da agricultura familiar. Por outro lado, foi também enfatizada a necessidade de desenvolverem, ampliarem e efetivarem ações de **apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária**, assegurando sua implementação como parte da estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e a cidade.

A **autonomia das mulheres rurais** ganhou centralidade no projeto de desenvolvimento rural sustentável, apontando para maior efetividade das políticas públicas de garantia de direitos econômicos. Emblemática, nesse sentido, foi a aprovação da garantia de que 50% do público atendido pelas chamadas de Ater sejam mulheres.

A **juventude rural** reafirmou suas demandas e sinalizou que a possibilidade de sucessão rural está ainda comprometida, também por deficiências nas políticas agrícola e fundiária, mas muito pela insuficiência de infraestrutura sociocultural e de acesso a políticas e serviços públicos. A aceleração do envelhecimento das populações rurais coloca a sucessão familiar na agenda de políticas públicas, tornando urgente a criação de políticas específicas para incentivar a permanência dos jovens no campo. Tornar o rural um espaço atrativo para a juventude significa viabilizar seu acesso à terra, desenvolver instrumentos adequados de apoio à produção e à gestão da propriedade e disponibilizar no meio rural as facilidades e serviços que tornam as áreas urbanas tão atrativas, como acesso à educação, à internet, à informação, à cultura e ao lazer.

Os **povos e as comunidades tradicionais** indicaram com muita prioridade o tema do acesso à terra como chave para a promoção do etnodesenvolvimento. Destacam, também, a necessidade de ações de apoio à produção e de valorização dos produtos da sociobiodiversidade, com ações e instrumentos adequados a sua lógica de organização social e produtiva.

A **democratização do acesso à terra e aos recursos naturais** é reafirmada com muita ênfase, destacando-se a prioridade a ser dada a avanços na reforma agrária e ao desenvolvimento dos assentamentos, como pilares para o enfrentamento de vários desafios estruturais do desenvolvimento rural e para promover a paz no campo. Também a água aparece como recurso estratégico, a cujo acesso deve ser garantido e democratizado, seja para consumo e uso na produção — questão crucial para o Semiárido Brasileiro —, seja como ambiente de vida e meio de produção, no Bioma Amazônico e em áreas costeiras, por exemplo. A regularização fundiária das áreas da agricultura familiar também ganha destaque, como elemento essencial para garantir segurança jurídica e ampliar o acesso a uma série de políticas públicas.

O tema da **formação e capacitação** surge também como elemento estratégico, essencial para dar efetividade às iniciativas de organização e qualificação da produção, viabilizar uma transição agroecológica efetiva, integrar e

incluir efetivamente as necessidades diferenciadas dos diferentes públicos e possibilitar a absorção crescente de conhecimento pela agricultura familiar.

Em complementação, ressalta-se a necessidade de se disponibilizar e ampliar o financiamento público para **pesquisa** e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local. Além disso, demandou-se a ampliação da **divulgação de conhecimentos** produzidos sobre agricultura familiar e de base agroecológica.

Finalmente, como forma de qualificar e garantir a construção do horizonte apontado pelos atores e atrizes que participaram da conferência e a execução das mudanças e ações necessárias, são demandadas a qualificação e a ampliação dos espaços de **gestão e controle social das políticas públicas**, assegurando a autonomia e o protagonismo das organizações sociais.





MATRIZ DE ESTRATÉGIAS, INICIATIVAS E METAS

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.1. Universalizar o acesso à DAP (familiar e jurídica), ampliando critérios, garantindo agilidade na emissão, reconhecendo a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, consolidando-a como instrumento de acesso a direitos e a políticas públicas.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.1.1. Transformar a DAP em um cadastro da AF possibilitando o acesso a todas as políticas públicas.	Implementar o cadastro da agricultura familiar e assentados/as da reforma agrária. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.1.2. Qualificar e revisar os critérios da DAP, garantindo que na emissão da DAP familiar haja identificação do registro para cada membro da família de forma individual.	Ampliar o acesso dos assentado/as da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e da ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades. [PPA 2012-2015]	MDA
1.1.3. Simplificar o processo de credenciamento de entidades, favorecendo a ampliação de entidades que possam ser credenciadas para a emissão da DAP, incluindo organizações não governamentais e outras instituições e/ou a representação de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais, de mulheres e de jovens.	Revisar os procedimentos para emissão do Cadastro/DAP, observado o regramento do MCR 10, publicando portaria de revisão. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.1.4. Ampliar o prazo de validade de DAP jurídica para 3 anos.		
1.1.5. Garantir o direito à emissão de DAP para mulheres em processo de separação/divórcio.		
1.1.6. Intensificar a emissão de DAP para as mulheres trabalhadoras rurais.	Ampliar e qualificar a capilaridade da oferta de documentação civil e jurídica para 350 mil mulheres rurais e suas organizações econômicas e realizando 2 mil mutirões. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA



OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.1.7. Garantir aos povos e comunidades tradicionais a emissão da DAP, especificando os segmentos para possibilitar o acesso às políticas públicas.	Emitir 60 mil DAPs para PCTs. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.1.8. Para a emissão da DAP jurídica, ampliar para 90% o limite mínimo de agricultores/as familiares que participam de grupos formais.		
1.1.9. Ampliar o prazo de validade da DAP para os acampados para 2 anos.		
1.1.10. Incluir agricultores/as familiares em áreas urbanas e periurbanas como beneficiárias da DAP, utilizando como critério as dinâmicas de uso da terra e dos recursos naturais e a renda familiar.		
1.1.11. Designar e capacitar representantes de associações e de entidades representativas de povos e comunidades tradicionais para emissão da DAP.		
1.1.12. Desvincular a DAP jovem da DAP principal na Unidade de Produção Familiar (UPF), garantindo o acesso dos/as jovens aos programas habitacionais e ao crédito.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.2. Desenvolver ações de apoio à inclusão produtiva e à estruturação de sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.2.1. Implantar projetos de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização da agricultura familiar.	Implantar 60 mil unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos em unidades produção orgânica e de base agroecológica, estimulando a articulação do programa Água II às políticas de desenvolvimento rural. [PLANAPO]	MDS
	Estimular a articulação do programa Água II às políticas de desenvolvimento rural. Meta: Nº de UFP atendidas com Água II = 50 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Identificar e incentivar a participação das mulheres na construção e gestão de tecnologias de acesso à água, no âmbito dos programas de Acesso à Água do MDS (água para consumo e água para produção), por meio de ajustes ao SIG Cisterna. [PLANAPO]	MDA
	Qualificar a oferta de infraestrutura produtiva e viária aos empreendimentos da agricultura familiar e assentados/as da reforma agrária com a implantação de 239 projetos apoiados pelo PROINF. [Plano Estratégico MDA/INCRA].	MDA
	Dotar 5.061 municípios com perfil agrícola com total de 18.073 máquinas e equipamentos para obras viárias e hídricas do PAC 2. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA



OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.2. Na estruturação das Agroindústrias familiares, criar condições favoráveis para o funcionamento, adequando a legislação tributária, fiscal, sanitária, ambiental e previdenciária, em nível municipal, estadual e federal.	Financiar 360 projetos destinados à agroindustrialização, à comercialização e a atividades pluriativas solidárias (TERRA FORTE e ECOFORTE). [PLANAPO]	SG/PR, BNDES, CO-NAB, MDA, INCRA e MDS
	Fortalecer a agroindustrialização na agricultura familiar e reforma agrária alcançando 16.827 famílias apoiadas pelo Terra Sol e 100 organizações econômicas apoiadas pelo Terra Forte. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e a divisão do trabalho de cada povo. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.3. Apoiar o desenvolvimento e a implementação de tecnologias sociais adequadas ao sistema de produção agroecológica e à convivência com os biomas.	Ampliar de 8 mil para 28 mil o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial. [PPA/PLANAPO]	MAPA e MDA
	Disponibilizar 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Realizar 124 oficinas em todo território nacional para fortalecer a Rede Temática de Agroecologia e incorporar o tema nas demais Redes. [PLANAPO]	MDA
	Apoiar 30 redes de agroecologia, produção orgânica e extrativismo, assegurando meios para fomentar as dinâmicas sociais e de redes relacionadas às atividades do PLANAPO e recursos para investimentos, por meio do Programa ECOFORTE. [PLANAPO]	SG/PR, BNDES, MDA, MMA, MAPA, MDS, CONAB, EMBRAPA
	Estruturar a coordenação do CIAPO e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.2.4. Apoiar e fomentar a transição do modelo convencional para a agroecologia.	Atender 142.100 agricultores/as familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais. [PPA 2012-2015]	MDS
	Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.4. Apoiar e fomentar a transição do modelo convencional para a agroecologia.	Contratar 400 estudos e testes voltados ao estabelecimento de especificações de referência para viabilizar o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica. [PLANAPO]	MAPA e MCTI
	Identificar, desenvolver e validar 20 produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica e 20 tecnologias voltadas à produção e armazenamento de produtos fitossanitários pelos agricultores/as. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Regulamentar 50 especificações de referência, para orientação da produção e registro simplificado, de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica. [PLANAPO]	MAPA, ANVISA e IBAMA
	Ajustar e publicar pelo menos 5 regulamentos diretamente relacionados à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica e 10 regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica ou a produtos e processos importantes para o setor. [PLANAPO]	MAPA
	Apoiar 20 projetos de produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Elaborar um manual técnico sobre transição agroecológica. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Levantar as normas e realizar parcerias para incentivar o direcionamento dos fundos existentes para iniciativas da sociedade civil de promoção de agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	SG/PR

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.5. Estruturar uma política de preservação, resgate, produção, multiplicação, distribuição e troca de sementes não transgênicas e apoiar às iniciativas de resgate, manutenção e produção de sementes crioulas e de adubo verde.	Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Elaborar um mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e de suas iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica. [PLANAPO]	MMA e MAPA
	Mapear a ocorrência de variedades crioulas, locais e tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e suas respectivas zonas de amortecimento (RESEX, RDS, FLONA e outras). [PLANAPO]	MMA/SBF e ICMBio
	Avaliar e caracterizar 10 variedades por espécie vegetal de importância para a soberania e segurança alimentar e nutricional, considerando um mínimo de 5 espécies em cada região geográfica, para sistemas orgânicos e de base agroecológica. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Estimular, nos editais do PLANAPO, a realização de ensaios participativos de avaliação de sementes junto às redes territoriais de uso e conservação da agrobiodiversidade com o objetivo de gerar conhecimentos adaptados às variadas realidades socioambientais e culturais. [PLANAPO]	MDA, MAPA, MMA, CONAB e EMBRAPA
	Apoiar organizações produtivas para a implementação e qualificação das casas, bancos e dos guardiões/ãs de sementes e mudas. [PLANAPO]	MAPA
	Estruturação produtiva de bancos comunitários de sementes no semiárido. [PLANAPO]	BNDES

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.5. Estruturar uma política de preservação, resgate, produção, multiplicação, distribuição e troca de sementes não transgênicas e apoiar às iniciativas de resgate, manutenção e produção de sementes crioulas e de adubo verde.	Regulamentar um procedimento para acesso pelos agricultores/as organizados aos bancos de germoplasma de trabalho nas diversas unidades da EMBRAPA. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse para produção orgânica e agroecológica entre grupos de mulheres nos editais do Programa de Organização Produtiva e ATER para Mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Apoiar a conservação, multiplicação, disponibilização, distribuição e comercialização de sementes e mudas crioulas e variedades, adequadas à produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA, MDS e MAPA
	Aprimorar mecanismo para a compra e distribuição de sementes crioulas e variedades, e outros materiais propagativos de culturas alimentares, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fazendo com que o valor destas aquisições atinja 5% dos recursos aplicados anualmente, até 2015. [PLANAPO]	MDS e MAPA
	Contratar projetos para identificar/validar/ avaliar/caracterizar variedades de sementes apropriadas à produção orgânica e de base agroecológica e disponibilizar tecnologias alternativas para conservação de sementes e controle de pragas, que sejam adequadas aos sistemas orgânicos de produção, que não causem danos à saúde e ao meio ambiente. [PLANAPO]	MAPA, MCTI e CNPq
	Implantar programa de sementes e mudas agroecológicas para a agricultura familiar. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Formar guardiões/ãs de sementes, garantindo a participação de no mínimo 50% de mulheres nas atividades de capacitação. [PLANAPO]	EMBRAPA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.6. Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica.	Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Capacitar 8 mil técnicos/as e produtores/as em bem-estar animal, 40 mil em produção integrada agropecuária e 80 mil em qualidade e segurança do leite e da carne. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Capacitar 40 mil produtores/as e 20 mil técnicos/as do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Apoiar a implementação de projetos de formação e intervenção em educação ambiental na agricultura familiar para o uso, gestão, manejo e conservação dos recursos naturais com enfoque agroecológico por meio de chamada pública. [PLANAPO]	MMA
	Promover formação técnica em agroecologia ou com enfoque agroecológico para mil agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (800h). [PLANAPO]	MEC e MDA
	Promover formação inicial e continuada para 10 mil agricultores/as familiares em agroecologia ou com enfoque agroecológico, de acordo com as demandas e realidades regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h). [PLANAPO]	MEC e MDA
	Promover formação inicial e continuada de 3 mil técnicos/as em agroecologia ou com enfoque agroecológico, de acordo com as demandas regionais, articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160 h). [PLANAPO]	MEC e MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.6. Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica.	Promover a formação de 300 educadores/as e 10 mil extrativistas beneficiários do Programa Bolsa Verde em agricultura de base agroecológica, manejo sustentável de recursos naturais e gestão de suas organizações. [PLANAPO]	MMA, MEC, MDS e MDA
	Formar alunos/as de nível médio e superior visando à capacitação e formação profissional de trabalhadores rurais em agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	INCRA
	Realizar cursos de formação profissional de trabalhadores/as rurais com enfoque em agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	INCRA
	Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas orgânicos e de base agroecológica para 200 técnicos/as (EAD). [PLANAPO]	MMA
	Elaborar Programa Nacional de Formação Continuada de Formadores para o fortalecimento e criação de novos cursos de pós-graduação com enfoque Agroecológico. [PLANAPO]	MEC e MDA
	Criar linha específica de Agroecologia em Edital do Programa de Educação Tutorial (PET), fortalecendo os grupos de estudos de agroecologia e produção orgânica nas universidades. [PLANAPO]	MEC
	Promover a formação presencial e a distância de mil educadores/as ambientais e agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar, com enfoque agroecológico. [PLANAPO]	MMA
	Implementar atividades de educação integral, vinculadas ao Macrocampo Agroecologia nas escolas do campo. [PLANAPO]	MEC

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.6. Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica.	Qualificar 1,2 mil técnicos/as em crédito rural para implantação de sistemas produção orgânica e de base agroecológica, articulado com as Chamadas de Ater. [PLANAPO]	MDA e MAPA
	Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade, com enfoque em sistemas de base agroecológica, para agentes técnicos. [PLANAPO]	MMA
	Criar programa de capacitação de curta, de média e de longa duração para pesquisadores e analistas da Embrapa em agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Promover capacitação de 60 técnicos/as contratados (ATER, ATER- mulheres, organização produtiva de mulheres), sobre o acesso dos grupos de mulheres ao PAA e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
1.2.7. Fomentar a organização e consolidação dos grupos produtivos de mulheres rurais e ampliar o número de beneficiárias e dos recursos destinados às ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres.	Beneficiar 30,6 mil trabalhadoras rurais por meio do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar 100 grupos produtivos de mulheres com enfoque na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.7. Fomentar a organização e consolidação dos grupos produtivos de mulheres rurais e ampliar o número de beneficiárias e dos recursos destinados às ações do Programa de Organização Produtiva de Mulheres.	Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas. [PLANAPO]	MDA
	Apoiar e Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais atendendo 4 mil mulheres rurais. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar e Fomentar 227,5 mil mulheres rurais titulares do Programa Garantia Safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.2.8. Promover ações de capacitação para as mulheres nos temas: acesso a crédito, assistência técnica, elaboração de projeto, artesanato, hortas comunitárias, criação de pequenos animais, produção de alimentos de base ecológica, benefício e qualificação da produção.	Promover 4 formações internas para servidores da EMBRAPA sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Realizar 40 atividades formativas para agricultoras e gestores/as sobre gênero e as políticas públicas estratégicas que integram o PLANAPO. [PLANAPO]	MDA
	Garantir que as chamadas de ATER-mulheres e de Organização Produtiva contemplem atividades de capacitação, elaboração de projetos e assessoria aos grupos de mulheres ao acessarem o PAA, o PNAE e o PGPM. [PLANAPO]	MDA
	Capacitar 150 técnicos/as, lideranças e agricultoras sobre linhas de financiamento específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.8. Promover ações de capacitação para as mulheres nos temas: acesso a crédito, assistência técnica, elaboração de projeto, artesanato, hortas comunitárias, criação de pequenos animais, produção de alimentos de base ecológica, beneficiamento e qualificação da produção.	Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para esses públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica e nas capacitações dos técnicos/as ou funcionários/as dos/as agentes financeiros. [PLANAPO]	MDA
1.2.9. Destinar recursos para a produção e capacitação de grupos de jovens em agroecologia, formando jovens rurais como multiplicadores/as na organização de cadeias produtivas agroecológicas.	Capacitar 150 operadores de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	
	Fortalecer a inclusão social e produtiva de 4,8 mil jovens rurais com formação agroecológica e cidadã. [PLANAPO]	MDA e SNJ
	Promover formação técnica em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 3 mil jovens agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais, articulando, quando possível, com as Chamadas de ATER (800h) [PLANAPO]	MEC e MDA
	Promover formação inicial e continuada em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 10 mil jovens agricultores/as familiares, de acordo com as demandas e realidades regionais e articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h). [PLANAPO]	MEC e MDA
	Formar 100 jovens cientistas por ano para atuar com agroecologia, assegurando a paridade entre homens e mulheres, por meio de cursos e estágios. [PLANAPO]	EMBRAPA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.2.9. Destinar recursos para a produção e capacitação de grupos de jovens em agroecologia, formando jovens rurais como multiplicadores/as na organização de cadeias produtivas agroecológicas.	Participar da elaboração do Programa Nacional Interministerial para a Juventude, com foco na formação agroecológica e na inserção da juventude rural aos mercados. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas de base agroecológica para 1,6 mil estudantes de ensino médio. [PLANAPO]	MMA
	Beneficiar 5 mil jovens no Programa de formação cidadã e agroecológica. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.2.10. Inserir em projetos associativos e cooperativos a garantia de 20% (como percentual mínimo) de jovens contemplados nas atividades de produção das agroindústrias e comercialização, bem como nas atividades agrícolas e não agrícolas, priorizando a inovação tecnológica baseada na matriz agroecológica.		
1.2.11. Articular ações com parceiros estratégicos com vistas a disponibilizar sementes não transgênicas e variedades crioulas nos entrepostos de comercialização.		
1.2.12. Estimular a organização das cooperativas e demais organizações econômicas em centrais, redes e outros arranjos voltados para a comercialização de produtos agroecológicos no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.		
1.2.13. Criar condições favoráveis para a estruturação e o funcionamento das farmácias que utilizam plantas medicinais.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.3. Universalizar os serviços de ATER de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas.	Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750 mil agricultores/as familiares que acessam o microcrédito. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias, utilizando a metodologia do PRONAF sustentável. [PPA 2012-2015]	MDA
	Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750 mil agricultores/as familiares que acessam o microcrédito. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para esse público. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas.	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para esse público. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores/as familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores/as e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono. [PPA 2012-2015]	MDA
	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores/as familiares, assentados/as, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos. [PPA 2012-2015]	MDA
	Atender 116,5 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola. [PPA 2012-2015]	MPA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com base na agroecologia, incorporando estratégias de fortalecimento de ações em rede, para 75 mil UFP. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas.	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 70,7 mil UFP para sistemas sustentáveis de produção, com abordagem agroecológica. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 26 mil famílias beneficiárias do Bolsa Verde em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	INCRA, MDA, MMA/ICMBio
	Promover assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 6 mil pescadores/as artesanais e aquicultores/as familiares, para a estruturação de sistemas produtivos sustentáveis, incluindo atividades para mulheres e jovens. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MPA
	Promover Ater específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com foco no manejo de espécies florestais não madeireiras para 345 famílias agroextrativistas. [PLANAPO]	MMA
	Promover ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o manejo florestal sustentável de uso múltiplo da caatinga com enfoque agroecológica, em 54 assentamentos de famílias agroextrativistas (PI, RN, PE, CE). [PLANAPO]	MMA
	Ampliar em 140 mil o número de famílias atendidas com ATER no público orgânico, agroecológico e em transição, sendo 50% dos atendimentos voltados às mulheres. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas	Garantir que 30% dos recursos nas Chamadas Públicas de ATER com enfoque Agroecológico do MDA e INCRA sejam aplicados em atividades específicas para mulheres em atividades extrativistas e na produção orgânica e agroecológica. [PLANAPO]	MDA e INCRA
	Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os/as técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico. [PLANAPO]	MDA
	Promover ATER específica para 4 mil mulheres com foco na sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	MDA
	Garantir que as Chamadas Públicas da SAF e INCRA busquem em seus editais o atendimento prioritário de no mínimo 50% de mulheres, para o conjunto das ações a serem realizadas. [PLANAPO]	MDA
1.3.2. Implantar o Programa Nacional de Formação de Agentes de ATER, estabelecendo parcerias e considerando as especificidades dos públicos a serem beneficiados.	Qualificar 37,5 mil agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação nas comunidades indígenas e 250 agentes para atuação nas comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Implantar o Programa Nacional de Formação de Agentes de Ater e formar 15 mil agentes. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.3.3. Promover ações de capacitação com vistas a assegurar assistência técnica de acordo com a demanda e as especificidades das mulheres trabalhadoras rurais.	Capacitar 200 técnicos/as de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.3.4. Ampliar o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os/as jovens contemplados nas atividades de produção das agroindústrias e comercialização, bem como nas atividades agrícolas e não agrícolas, priorizando a inovação tecnológica baseada na matriz agroecológica.	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais. [PPA + PE MDA-INCRA]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4,8 mil jovens rurais. [PLANAPO]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na perspectiva agroecológica para 5,46 mil jovens rurais, com foco na pedagogia da alternância, com enfoque territorial. [PLANAPO]	MDA
1.3.5. Garantir a participação da sociedade civil no processo de construção e gestão da ANATER, garantindo, no mínimo, 50% de mulheres e de 20% de jovens rurais nos espaços de gestão e controle social da ANATER.	Garantir a participação de no mínimo 30% de mulheres entre os/as técnicos/as participantes das ações de formação, capacitação e qualificação nas Chamadas de ATER com enfoque agroecológico. [PLANAPO]	MDA
1.3.6. Estimular e apoiar a reestruturação dos órgãos ou empresas públicas estaduais de ATER e a realização de concursos públicos para a contratação dos quadros.		
1.3.7. Ampliar a ATER para a produção de sementes crioulas e de adubo verde.		
1.3.8. Contratar equipes multidisciplinares, com paridade de gênero, comprometidas com a agricultura familiar, com conhecimento em agroecologia e economia solidária e de acordo com a especificidade de cada segmento com o qual irão trabalhar.		
1.3.9. Assegurar que 10% dos recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar sejam destinados para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).		
1.3.10. Criar um programa de agentes comunitários de ATER remunerados.		
1.3.11. Difundir experiências bem-sucedidas de ATER.		
1.3.12. Criar uma Diretoria de Mulheres Rurais na ANATER.		
1.3.13. Assegurar nas Chamadas Públicas o mínimo 50% de mulheres e tempo mínimo de contratação de prestação de serviços de 5 anos, com a oferta obrigatória de recreação infantil em atividades coletivas de ATER.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.3.14. Realizar Chamadas Públicas contínuas, com desenho operacional e metodológico e forma de financiamento adequados às realidades regionais e à pluriatividade, à multifuncionalidade da agricultura familiar e tempo mínimo de 5 anos.

1.3.15. Construir e aplicar metodologias participativas de ATER que incentivem e estimulem o protagonismo de agricultores/as, a adoção de práticas sustentáveis de produção, a troca de experiências e a convivência com os biomas.

1.3.16. Implementar sistema participativo de monitoramento e avaliação de entidades prestadoras de assistência técnica, criando condições para que os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural possam indicar o descredenciamento de entidades quando houver irregularidades e descumprimento das ações previstas nos projetos.

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/as familiares e aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.4.1. Ampliar crédito e adequar critérios e instrumentos do PRONAF à realidade de cada dos biomas brasileiros e dos públicos beneficiários.	Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar. [PPA 2012-2015]	MDA
	Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas de produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens. [PLANAPO]	MDA E MAPA
	Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores/as familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
	Ajustar o PRONAF Agroecologia, considerando diferencial positivo a bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros. [PLANAPO]	MF e MDA
	Desenvolver e lançar Plano Safra específico para o bioma amazônico. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Desenvolver e lançar Plano Safra para o semiárido. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.4.1. Ampliar crédito e adequar critérios e instrumentos do PRONAF à realidade de cada dos biomas brasileiros e dos públicos beneficiários.	Participar do desenvolvimento do Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Ampliar para 3 as regiões atendidas pela metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.4.2. Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias e a retomada dos departamentos técnicos com profissionais da área.	Capacitar 500 técnicos/as ou funcionários/as dos agentes financeiros sobre sistemas de produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA e MAPA
	Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para esses públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos técnicos/as ou funcionários/as dos agentes financeiros. [PLANAPO]	MDA
	Capacitar 150 operadores/as de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
1.4.3. Aprimorar e adaptar os mecanismos de financiamento aos sistemas diversificados de produção agroecológicos e à sua capacidade de pagamento, considerando o tempo de transição agroecológica.	Elaborar 50 planilhas modais com coeficientes técnicos de produção para sistemas orgânicos e de base agroecológica, que darão base à elaboração dos custos para financiamentos de custeio e/ou investimento. [PLANAPO]	MDA
	Implantar sistema de acompanhamento da efetivação do crédito rural da agricultura familiar e não familiar de sistemas produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
	Disponibilizar 5% dos recursos do PRONAF em sistemas orgânicos e de base agroecológica, em modalidades de custeio e investimento. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.4.3. Aprimorar e adaptar os mecanismos de financiamento aos sistemas diversificados de produção agroecológicos e à sua capacidade de pagamento, considerando o tempo de transição agroecológica.	Disponibilizar recursos para custeio e investimento, com condições diferenciadas, de forma a estimular a conversão para sistemas orgânicos de produção e a ampliação da produção orgânica, por meio das linhas de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. [PLANAPO]	MAPA
	Avaliar os fatores críticos relacionados ao acesso ao crédito para a produção agroecológica. Meta: estudo realizado e proposta apresentada. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.4.4. Criar bônus de adimplência para os projetos que contribuem com a preservação ambiental.	Ajustar o PRONAF Agroecologia, considerando diferencial positivo o bônus de adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros. [PLANAPO]	MF e MDA
1.4.5. Aprimorar e ampliar o Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PAGPAF).	Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF). [PPA 2012-2015]	MDA
	Implementar tabelas de referências de preços diferenciados e adequados aos produtos orgânicos e de base agroecológica para incorporação na PGPM. [PLANAPO]	MDA
	Implementar tabelas de referências de custos e preços, com incorporação de serviços socioambientais, adequada aos produtos orgânicos e de base agroecológica no PGPAF. [PLANAPO]	MAPA, CONAB, MF e MDA
1.4.6. Adequar e efetivar o Pronaf Mulher, com risco da União, utilizando a metodologia de microcrédito orientado em todo País, assegurando as mesmas condições do Pronaf B, com ampliação do teto de financiamento.	Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.4.6. Adequar e efetivar o Pronaf Mulher, com risco da União, utilizando a metodologia de microcrédito orientado em todo País, assegurando as mesmas condições do Pronaf B, com ampliação do teto de financiamento.	Ampliar a participação das Mulheres no Crédito. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.4.7. Garantir que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado seja destinado para as mulheres rurais.	Garantir o atendimento de 500 mil famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
1.4.8. Desburocratizar e ampliar o acesso ao PRONAF Jovem a outras fontes de financiamento.	Ampliar para 150 mil o número de jovens rurais com acesso ao crédito. Metas: número de jovens com acesso ao crédito = 150 mil / número de jovens beneficiados/as pelo PRONAF jovem = 10 mil (meta em revisão no PE).[PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA]	MDA
1.4.9. Garantir que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado sejam destinados às mulheres e à juventude rural.	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
1.4.10. Aperfeiçoar o seguro agrícola e aumentar o subsídio do prêmio tornando-o mais atrativo e adequado à agricultura familiar.		
1.4.11. Criar mecanismos para a individualização e análise de crédito para projetos de jovens.		
1.4.12. Criar mecanismos para a individualização e análise de crédito para projetos de mulheres.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.4.13. Promover a qualificação do seguro agrícola de modo a contemplar lavouras realizadas com recursos próprios.

1.4.14. Elaborar um manual de operações de crédito para a agroecologia.

1.4.15. Implantar linha de crédito específica para apoiar a aquisição de utensílio de uso doméstico, propiciando a melhoria da infraestrutura familiar.

1.4.16. Garantir o acesso ao crédito do conjunto familiar, sem desmembramento da unidade de produção, com igualdade de tratamento aos jovens, às mulheres, aos idosos e idosas.

1.4.17. Aperfeiçoar o fundo de aval para torná-lo mais atrativo e adequado à agricultura familiar, impedindo que os agentes financeiros exijam garantias inadequadas e com tetos-limite de valores ou de bens.

1.4.18. No caso do PRONAF Mais Alimentos, considerar como garantia real os bens adquiridos.

1.4.19. Criar uma política pública permanente para recompor dívidas em decorrência de fatores climáticos, catástrofes, quebras de contrato (não ocasionadas pelo agricultor), ataques de pragas de controle desconhecido e queimadas acidentais.

1.4.20. Perdoar as dívidas contraídas até o valor líquido de R\$ 50 mil, nos casos de perdas agropecuárias em decorrência de fatores climáticos, catástrofes, quebra de contrato, ataque de pragas de controle desconhecido e queimadas acidentais.

1.4.21. Criar sistema de bonificação para agricultores/as familiares que permanecem na propriedade.

1.4.22. Criar linha de financiamento para a recomposição do rebanho, no caso de perdas por problemas climáticos, incluindo raças adaptadas, e ações que assegurem reservas estratégicas de alimentos para o rebanho.

1.4.23. Criar mecanismo para a retirada de subsídios oferecidos pelo PRONAF, para os agricultores/as que utilizam agrotóxicos e transgênicos.

1.4.24. Alterar a legislação vigente de forma a permitir que as instituições financeiras dispensem garantias nas operações do PRONAF com valores de até R\$ 50 mil.

1.4.25. Viabilizar a aquisição de insumos para a agropecuária orgânica, por meio da concessão de subsídios sobre o preço de aquisição desses insumos pelos agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais.

1.4.26. Assegurar investimentos em equipamentos e mecanização para a agricultura familiar, conforme necessidades locais, garantindo a capacitação dos operadores/as envolvidos/as e a gestão social desses equipamentos.

1.4.27. Criar seguro específico para as sementes crioulas.

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.5. Desenvolver estratégias de implementação das políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas brasileiros.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.5.1. Instituir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido Brasileiro, com instrumentos e estratégias específicos, que contemple a universalização do acesso à água para consumo humano, em parceria com a sociedade civil, a ampliação do acesso à água para produção calcada no armazenamento em bases agroecológicas e a valorização do trabalho das mulheres e o protagonismo da juventude rural.	Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água. [PPA 2012-2015]	MDS
	Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. [PPA 2012-2015]	MDS
	Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1 milhão de famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Elaborar e implantar Plano Safra Semiárido 2014-2015. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]	MDA
	No âmbito da convivência com o semi-árido: Estruturar reservas estratégicas de alimentação animal em Unidades Familiares. Meta: Nº UFP com reservas estratégicas implantadas = 30 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar 55 projetos de infraestrutura de convivência com o semiárido nos Territórios. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

<p>1.5.1. Instituir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido Brasileiro, com instrumentos e estratégias específicos, que contemple a universalização do acesso à água para consumo humano, em parceria com a sociedade civil, a ampliação do acesso à água para produção calcada no armazenamento em bases agroecológicas e a valorização do trabalho das mulheres e o protagonismo da juventude rural.</p>	Promover revisão de normativas referentes a instrumentos para a sustentação de preços de cadeias estratégicas do semiárido. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Ampliar em 1,2 milhão o número de atendimentos do Garantia Safra no semiárido e região da SUDENE, sendo 50% com mulheres rurais titulares. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Ampliar o acesso ao crédito no semiárido, em especial para as famílias no CadÚnico incluídas no garantia safra. Meta: N° de UFP atendidas = 900 mil sendo 30% no Garantia safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Implantar 60 mil unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (segunda água) em unidades de produção de base agroecológica. [PLANAPO]	MDS
	Estruturação produtiva de bancos comunitários de sementes no semiárido. Meta de 400 bancos apoiados. [PLANAPO]	BNDES
	Dotar os municípios do semiárido e região da SUDENE com um conjunto de máquinas e de equipamentos para obras viárias e hídricas do PAC2. Metas: Número de máquinas e equipamentos entregues = 7,2 mil e N° de municípios atendidos = 1,44 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Estimular a produção, multiplicação e distribuição de mudas e sementes. Meta: N° de UF com projetos apoiados no semiárido = 9. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.5.2 Desenvolver planos específicos para os biomas brasileiros, em especial, para o bioma Amazônico, com vistas ao fortalecimento do extrativismo.	Elaborar um diagnóstico sobre a produção extrativista e de produtos da sociobiodiversidade pelas populações tradicionais das Flona, RESEX e RDS com ocorrência de populações tradicionais. [PLANAPO]	MMA/ICM-Bio e MDS
	Desenvolver o Plano de Ação do MDA no âmbito do Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo. Meta: Plano de Ações do MDA desenvolvido. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Desenvolver e lançar Plano Safra específico para o bioma amazônico. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Promover Assentamentos Verdes na Amazônia Legal. Meta: N° de Assentamentos Verdes = 1,214 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245 mil famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água. [PPA 2012-2015]	MDS
1.5.3. Implantar cisternas de placas em 100% dos municípios do país com problemas de estiagem.		
1.5.4. Criar um Fundo Nacional de Convivência com o Semiárido.		
1.5.5. Constituir um Conselho Nacional de Convivência com o Semiárido.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.6. Ampliar a participação dos produtos da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, especialmente os institucionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.6.1. Fortalecer os programas de compras institucionais da agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Ampliar o número de agricultores/as familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores/as participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria. [PPA 2012-2015]	MDA e MDS
	Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados das regiões Norte e Nordeste para 60% do total executado. [PPA 2012-2015]	MDS
	Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Meta: % de contratos de mulheres rurais no PAA, em relação ao total contratado = 40%. [PPA 2012-2015/ Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA e MDS
	Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas. [PPA 2012-2015]	MDA
	Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, conforme o artigo 14 da Lei nº 11.947/09. [PPA 2012-2015]	MDA
	Assegurar que 60% das capitais efetuem compras da agricultura familiar do próprio estado, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.6.1. Fortalecer os programas de compras institucionais da agricultura familiar, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).	Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores/as familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores/as familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria. [PPA 2012-2015]	MDS
	Apoiar agricultores/as familiares organizados/as em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos pelo PAA (modalidade formação de estoques). Meta: N° de organizações econômicas apoiadas = 200. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]	MDA
	Ampliar a participação das organizações econômicas no PAA, PNAE e biodiesel. Metas: N° de organizações econômicas com acesso ao PAA e PNAE = 414 / N° de organizações econômicas com acesso a biodiesel = 90 / N° de Territórios que incluem ações PAA e PNAE na matriz das ações executando a Estratégia Territorial de Gestão do Plano Safra = 165. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Articular cidades-polo para ampliar a participação das organizações econômicas da agricultura familiar e de assentados/as da reforma agrária no PNAE. Metas: N° de cidades-polo articuladas = 80 / N° de cooperativas fornecendo para as cidades-polo = 200. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Ampliar a participação dos assentamentos no PAA e PNAE. Metas: 40 % de contratos de mulheres assentadas em relação ao total. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]	MDA
1.6.2. Ampliar a participação dos produtos orgânicos e de base agroecológica nos mercados institucionais e diferenciados.	Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25 mil agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. [PPA 2012-2015]	MDS

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.6.2. Ampliar a participação dos produtos orgânicos e de base agroecológica nos mercados institucionais e diferenciados.	Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PAA para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDS e MDA
	Disponibilizar, até 2015, 5% dos recursos do PNAE para aquisições de alimentos orgânicos e de base agroecológica. [PLANAPO]	MEC e MDA
	Disponibilizar recursos para promover a participação de agricultores/as familiares, assentados/as e comunidades e povos tradicionais em feiras para promoção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica. [PLANAPO]	MDA
	Realizar campanha anual da Semana Nacional do Alimento Orgânico, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo e divulgando os princípios agroecológicos. [PLANAPO]	MAPA
	Disponibilizar anualmente, até 2015, 1% dos recursos específicos da PGPM para aquisição e subvenção de produtos da sociobiodiversidade, orgânicos e de base agroecológica. [PLANAPO]	MAPA e CONAB
	Incluir nas chamadas públicas para Organizações Produtivas de Mulheres Rurais, o apoio à realização de feiras de produtos/ sementes agroecológicos e orgânicos. [PLANAPO]	MDA
	Monitorar a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE realizadas pelas entidades executoras, por meio do Sistema de Contas Online. [PLANAPO]	FNDE
	Pesquisa sobre a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições do PNAE. [PLANAPO]	FNDE

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.6.2. Ampliar a participação dos produtos orgânicos e de base agroecológica nos mercados institucionais e diferenciados.	Promover a formação de Responsáveis Técnicos pela alimentação escolar nas entidades executoras para o incentivo a inclusão dos gêneros orgânicos e/ou agroecológicos nos cardápios da alimentação escolar. [PLANAPO]	FNDE e MDA
	Produção de material informativo para incentivar a inclusão dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas aquisições para a alimentação escolar. [PLANAPO]	FNDE e MDA
	Promover a participação das unidades agroecológicas nos mercados institucionais e diferenciados. Meta: Nº de Unidades Familiares de Produção atendidas = 25 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.6.3. Fomentar e divulgar amplamente a certificação participativa, garantindo mecanismos que democratizem e viabilizem a certificação de produtos orgânicos e agroecológicos, considerando as especificidades regionais.	Cadastrar 25 mil agricultores/as familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG). [PPA 2012-2015]	MDA
	Consolidar e garantir o funcionamento de uma Comissão da Produção Orgânica (CPOrg) em cada uma das 27 unidades da federação. [PLANAPO]	MAPA
	Promover a qualificação de 2 mil técnicos/as e 182 mil agricultores/ as e extrativistas sobre os procedimentos necessários à regularização no âmbito de legislação de orgânicos, articulado com as Chamadas de ATER no PLANAPO. [PLANAPO]	MAPA, MMA, MDA e INCRA
	Apoiar a organização de pelo menos mil grupos de produtores orgânicos para a utilização de mecanismos de controle social para a garantia da qualidade orgânica. [PLANAPO]	MDA, MMA, INCRA e MAPA
	Aplicar os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica em 28 mil unidades de produção. [PLANAPO]	MAPA e MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.6.4. Ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, especialmente os institucionais.	Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). [PPA 2012-2015]	MDA
	Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado. [PPA 2012-2015]	MMA
	Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade. [PPA 2012-2015]	MMA
	Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional. [PPA 2012-2015]	MMA
	Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais. [PPA 2012-2015]	MMA
	Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos. [PPA 2012-2015]	MDS
	Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil toneladas para 20 mil toneladas. [PPA 2012-2015]	MPA
	Aumentar a capacitação dos PCT para acesso ao PAA e PNAE. Meta: N° de cursos anuais = 5. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Implantar o selo quilombola. Meta: N° de produtos identificados = 100. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.6.4. Ampliar a participação dos povos e comunidades tradicionais no abastecimento dos mercados, especialmente os institucionais.	Desenvolver ações de organização e inclusão socioprodutiva de grupos de PCTs em agroindústrias, PAA e outras. Meta: Quantidade de eventos realizados = 5. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar a formalização e a qualificação da gestão dos grupos produtivos de PCTs. Meta: N° de chamamentos públicos = 2. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.6.5. Fortalecer a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em seu papel de compradora e reguladora de mercados de produtos e alimentos da agricultura familiar.		
1.6.6. Instituir uma Política Nacional de Abastecimento, Armazenamento e Segurança Alimentar.		
1.6.7. Estimular a elaboração de cardápios na alimentação escolar que utilizem produtos regionais, visando o atendimento dos programas institucionais.		
1.6.8. Implantar centrais de recebimento, distribuição e disponibilização de transporte público para o escoamento de produtos da agricultura familiar para o acesso aos mercados institucionais.		
1.6.9. Apoiar a comercialização e a ampliação das compras governamentais de produtos orgânicos e agroecológicos.		
1.6.10. Criar mecanismos e instrumentos de divulgação e incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.		
1.6.11. Estruturar entrepostos de comercialização com gestão consorciada pelas cooperativas e associações de agricultores/as familiares.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.7. Universalizar o acesso aos serviços de sanidade agropecuária.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.7.1. Avançar na implementação imediata do Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA).	Promover a adesão de 1,110 mil municípios ao SUASA. [PPA 2012-2015]	MAPA
	Promover a adesão de todos os estados e o Distrito Federal ao SUASA. [PPA 2012-2015]	MAPA
1.7.2. Apoiar a criação e estruturação de Serviços de Inspeção Municipal (SIM) ou de consórcios intermunicipais para a implementação dos sistemas de inspeção, focalizados nas exigências dos processos de produção.		
1.7.3. Promover melhorias nas estruturas municipais, estaduais e federal, por meio do financiamento público federal para a implantação do SUASA, assegurando subsídios para as análises exigidas para serviços de fiscalização e inspeção e sanitária apoio à legalidade jurídico-fiscal.		
1.7.4. Ampliar o acesso aos serviços de inspeção sanitária para os produtos dos povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.8. Desenvolver, ampliar e efetivar ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e para a cidade.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.8.1. Apoiar a organização da produção e a qualificação e a gestão das organizações econômicas.	Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva. [PPA 2012-2015]	MDA
	Qualificar a gestão de 150 Organizações Econômicas Familiares (OEF) de agricultores/as agroecológicos e/ou orgânicos, ampliando o acesso dos produtos orgânicos e agroecológicos aos mercados institucionais, convencionais e diferenciados, incluindo empreendimentos de jovens e mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Qualificar a gestão de 471 organizações econômicas da agricultura familiar. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Auxiliar as organizações econômicas atendidas pelo Mais Gestão na elaboração de propostas de mecanismos de acesso a crédito. Metas: % de organizações qualificadas para acesso a crédito = 100% / N° de organizações econômicas que ampliaram os volumes de crédito obtidos = 100 / N° de organizações econômicas que acessaram pela primeira vez os financiamentos do PRONAF = 100. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Fortalecer o cooperativismo no âmbito da agricultura familiar e da reforma agrária. Meta: N° de Famílias apoiadas pelo Ter-sol = 16,827 mil / N° de cooperativas e associações apoiadas pelo MDA/INCRA: 100 – Terra Forte / Agentes estaduais de cooperativismo formados = 54 / N° de UFs com cursos de educação em cooperativismo = 27. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.8.2. Apoiar e acompanhar a aprovação da lei da Política Nacional de ECOSSOL.	Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional. [PPA 2012-2015]	MTE
1.8.3. Apoiar e acompanhar a aprovação do Projeto de Lei Geral das Cooperativas.	Aperfeiçoar o marco normativo referente às pequenas cooperativas. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MTE
1.8.4. Apoiar e acompanhar a aprovação do Projeto de Lei do Novo Ato Cooperativo.	Atualizar o marco regulatório do cooperativismo. [PPA 2012-2015]	MTE
1.8.5. Apoiar e acompanhar a aprovação do Projeto de Lei Tributária das Cooperativas.		
1.8.6. Criar sistema de financiamento próprio acessível e adequado por meio de bancos comunitários, cooperativas de crédito solidário e fundos rotativos e solidários.	Implantação e consolidação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário com adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários. [PPA 2012-2015]	MTE
1.8.7. Priorizar nas ações de atendimentos às associações e cooperativas que atendam o mínimo de 20% de jovens.	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda. [PPA 2012-2015]	MAPA
1.8.8. Garantir a ampliação, qualificação e o acesso a programas territoriais no apoio ao cooperativismo e demais formas de economia solidária.	Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento. [PPA 2012-2015]	SG/PR, BNDES, MDA, MMA, MAPA, MDS, CONAB e MTE
	Apoiar 100 cooperativas e associações integrantes das redes selecionadas na execução de empreendimentos de produção orgânica, de base agroecológica e extrativista com recursos para investimentos e tecnologias sociais, por meio do Programa ECOFORTE. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.8.9. Desenvolver ações de apoio à qualificação profissional, gestão de empreendimentos econômicos, associativismo e cooperativismo para as mulheres rurais.	Promover a formação e capacitação social e profissional de 10 mil trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra. [PPA 2012-2015]	MTE
	Apoiar a capacitação e a formação de 3 mil agentes facilitadores de inclusão produtiva. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar a organização produtiva de 5 mil empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Garantir que pelo menos 30% dos projetos para fomento a produção agroecológica, à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas solidárias sejam para mulheres. [PLANAPO]	MDA
	Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais. Metas: N° de mulheres rurais organizadas em Grupos Produtivos atendidos com ATER = 4 mil/ N° de mulheres Rurais apoiadas com ações voltadas para produção de base sustentável = 4 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.8.10. Criar e implantar o conselho nacional de cooperativismo.		
1.8.11. Criar departamento de cooperativismo no âmbito do MDA.		
1.8.12. Democratizar o acesso ao serviço nacional de aprendizagem do cooperativismo (SESCOOP) às cooperativas da agricultura familiar e economia solidária.		
1.8.13. Criar incentivos e instrumentos não reembolsáveis para a estruturação e logística de associações e cooperativas participantes de compras governamentais.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.9. Preservar e recuperar a agrobiodiversidade, qualificando o uso de sistemas de produção, agroflorestais, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada região e bioma.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.9.1. Criar zonas de proteção de agrobiodiversidade, com territórios livres de transgênicos e de agrotóxicos, levando em consideração os marcos legais existentes.	Mapear a distribuição geográfica dos parentes silvestres de espécies de valor econômico atual e potencial em Unidades de Conservação de Proteção Integral e suas respectivas zonas de amortecimento, com vistas ao estabelecimento de estratégias específicas para a promoção do conhecimento e uso desses materiais genéticos. [PLANAPO]	MMA e ICMBio
	Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas. [PPA 2012-2015]	MMA
1.9.2. Elaborar e efetivar uma política nacional de compensação por serviços ambientais com vistas à sustentabilidade da água, do solo, das florestas e da biodiversidade.	Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria). [PPA 2012-2015]	MMA/ICMBio, INCRA, SPU
	Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais. [PPA 2012-2015]	MMA
1.9.3. Garantir a repartição dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado.	Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes. [PPA 2012-2015]	MDA
	Disponibilizar e disseminar informações sobre acesso ao patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios, com linguagem apropriada aos diferentes públicos. [PLANAPO]	MMA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.9.4. Ampliar as culturas regionais e da sociobiodiversidade no zoneamento agrícola.	Propor a ampliação das culturas regionais e da sociobiodiversidade na PGPM-Bio. Meta: Estudo realizado. (trata-se do estudo de proposição da inclusão da Macaúba). [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar a estruturação e fortalecimento de 10 redes locais da sociedade civil voltadas ao resgate, conservação, intercâmbio e uso da agrobiodiversidade e para favorecer a articulação entre si e com as iniciativas governamentais pertinentes ao tema. [PLANAPO]	MAPA, MMA, CONAB e EMBRAPA
1.9.5. Criar programa para recuperação ambiental de reservas legais e áreas de preservação permanente, da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário e dos povos e comunidades tradicionais, prevendo a destinação de recursos não reembolsáveis.		
1.9.6. Ampliar as áreas com Sistemas Agroflorestais.		
1.9.7. Fortalecer redes de coletores e trocas de sementes florestais.		
1.9.8. Criar um fundo para pagamento de serviços ambientais, para a produção de base familiar em especial os agroecológicos e de proteção aos recursos hídricos e áreas de preservação permanente.		
1.9.9. Criar uma linha de aporte de recursos não reembolsáveis para a agricultura familiar, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pescadores/as artesanais, para recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente, recuperação de mata ciliar e mananciais e recursos hídricos.		
1.9.10. Apoiar as iniciativas de viveiros comunitários.		
1.9.11. Simplificar os procedimentos de outorga de direito de uso da água.		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.10. Promover a produção e divulgação de conhecimento sobre agricultura familiar e agroecologia nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.	Incluir como linha de pesquisa o tema da Agroecologia para Mulheres no edital do Prêmio Margarida Alves. [PLANAPO]	MDA
	Executar projetos de pesquisa, desenvolvimento e de transferência de tecnologia componentes do Portfólio de sistemas de produção de base ecológica. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Implantar 20 núcleos de pesquisa em agroecologia e produção orgânica em todas as unidades da EMBRAPA e OEPAS. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Contratar projetos para identificação, desenvolvimento e validação de 10 tecnologias voltadas à descontaminação de produtos ou matérias-primas utilizadas na nutrição de plantas e fertilidade dos solos. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Contratar 4 projetos para identificação de fontes alternativas alimentares apropriadas para animais em sistemas orgânicos de produção ou de base agroecológica. [PLANAPO]	EMBRAPA
	Apoiar 150 projetos de instituições de ensino que integrem atividades de pesquisa, educação e extensão para a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à Agroecologia e aos Sistemas Orgânicos de Produção. [PLANAPO]	MAPA, MDA, MPA, MCTI e MEC
	Apoiar 130 Programas e Projetos em Extensão Universitária (PROEXT) com enfoque agroecológico, definindo linhas de apoio a Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e iniciativas estudantis com enfoque agroecológico. [PLANAPO]	MEC e MDA
	Elaborar e divulgar parâmetros técnicos para o manejo sustentável de 30 espécies e/ou produtos florestais não madeireiros. [PLANAPO]	MMA e MAPA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

<p>1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.</p>	<p>Articular a rede de pesquisa agropecuária para organizar o compartilhamento de tecnologias apropriadas aos diversos biomas. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA
	<p>Fomentar, produzir e difundir o conhecimento técnico e científico sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar, reforma agrária e sobre os programas e políticas do MDA/INCRA. Realizar e divulgar 4 estudos sobre o potencial de desenvolvimento socioeconômico dos diversos segmentos da agricultura familiar; estudo sobre a interface entre biossegurança, biodiversidade, mudanças climáticas e agricultura familiar, nos âmbitos nacional e internacional; 2 estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural de outros países; 3 estudos sobre a situação da Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário no Brasil; difundir o conhecimento produzido acerca da temática rural na Arca das Letras; instalar o Núcleo de Estudos Fundiários e realizar e divulgar estudo estimulando a sustentabilidade dos arranjos produtivos; realizar estudo qualitativo sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres rurais; realizar estudo para qualificar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas de Financiamento (Crédito e Apoio Mulher); realizar estudo sobre documentação das mulheres rurais; realizar e divulgar estudos sobre avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia e emancipação da juventude rural. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA
	<p>Desenvolver 3 estudos que permitam diagnosticar a pobreza rural em suas diversas dimensões, públicos, regiões e territórios. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA

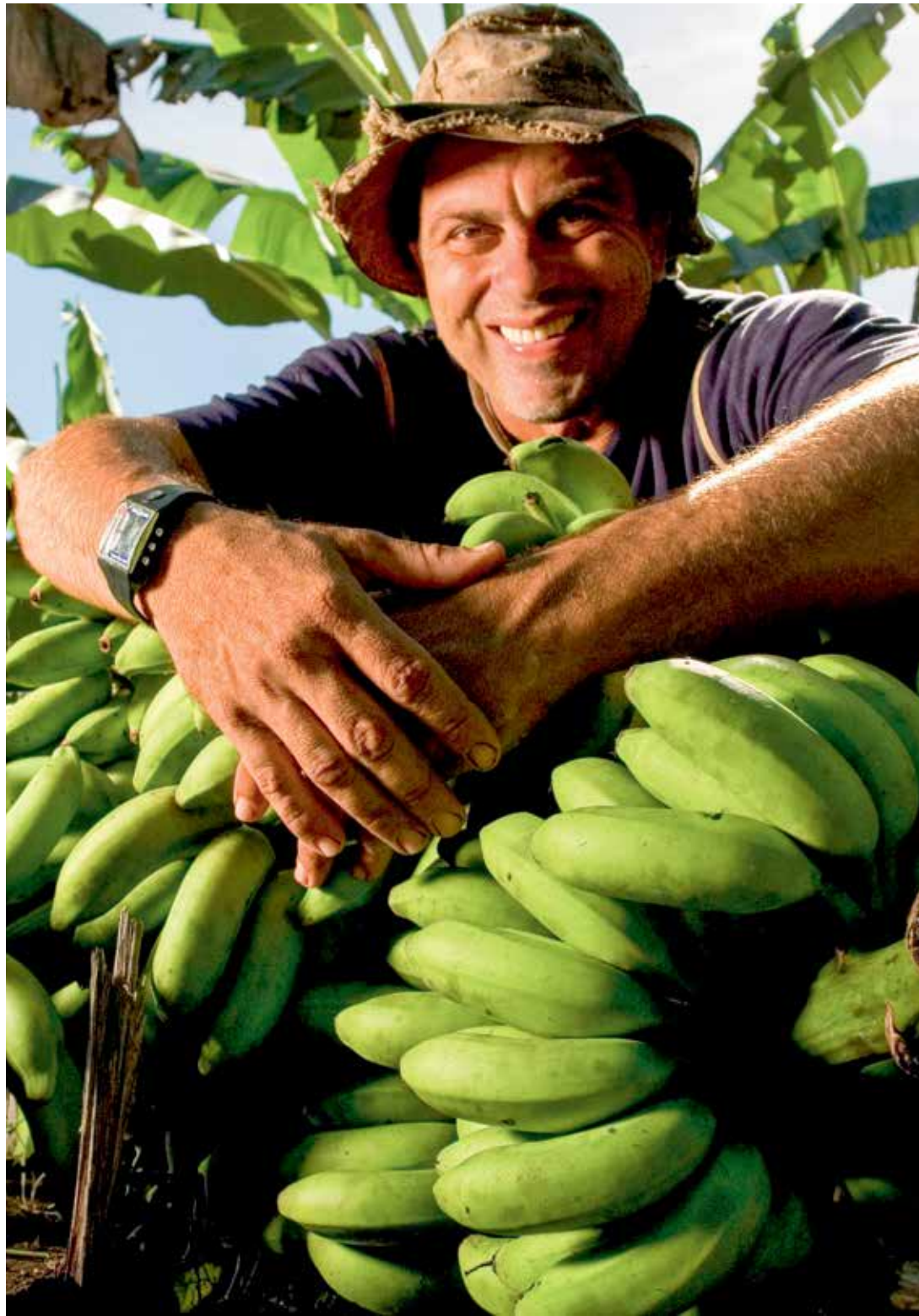
OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.	Fomentar, produzir e difundir conhecimento técnico e científico sobre gestão social e desenvolvimento territorial. Realizar estudo para formulação de subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PNDRSS. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Apoiar 33 projetos que incentivem a produção de conhecimento e tecnologias agroecológicas (inovação) e fortaleça a ação em Rede (Redes de ATER), no campo da agroecologia, levando em consideração as dimensões de gênero e juventude. [PLANAPO]	MDA
	Atender 116,5 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola. ATER. [PPA 2012-2015]	MDA
	Realizar e divulgar 3 pesquisa sobre saberes e fazeres de comunidades tradicionais. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Realizar e divulgar 2 pesquisa para o levantamento de indicadores relativos às políticas públicas e programas para PCT. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.10.2. Promover a divulgação de conhecimentos produzidos sobre agricultura familiar e de base agroecológica.	Crear estratégia de comunicação para a produção e disponibilização de conhecimentos sobre agroecologia, sociobiodiversidade e produção orgânica em diversas formas de mídia. [PLANAPO]	MDA, MMA, MAPA, EMBRAPA, MS e MEC
	Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma “Agroecologia em Rede”, com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres. [PLANAPO]	MDA e MPA
	Elaborar material pedagógico específico sobre gênero e agroecologia para instituições de ensino. [PLANAPO]	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

1.10.2. Promover a divulgação de conhecimentos produzidos sobre agricultura familiar e de base agroecológica.	Produção de 300 publicações e outros informativos técnicos destinados a disponibilizar conhecimentos relacionados a tecnologias e práticas apropriadas a sistemas orgânicos de produção. [PLANAPO]	MAPA
	Divulgar estudos sobre informações sobre as políticas públicas para a juventude no MDA/INCRA. Meta: Material de divulgação elaborado e distribuído e a situação da juventude nas políticas de acesso à terra no Brasil, no âmbito da REAF. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Fomentar, produzir e divulgar conhecimento técnico e científico sobre povos e comunidades tradicionais rurais e implantar a Biblioteca Virtual Quilombola. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Fortalecer, induzir e inovar a produção e difusão do conhecimento sobre a consolidação da gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento territorial. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Articular e promover o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias apropriados à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária. Meta: N° de projetos apoiados = 120. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
1.10.3. Garantir que, no mínimo, 90% dos recursos de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e demais instituições de pesquisa sejam destinados à produção familiar, agroecológica e de sementes e raças crioulas, assegurando que os estudos sejam elaborados a partir de pesquisas sistêmicas e participativas, com vistas à formação de educadores/as do campo.		





OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.1 Elaborar e implementar o III Plano Nacional de Reforma Agrária (III PNRA).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.1.1 Elaborar o III PNRA.	Elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, tendo como base uma ampla participação da sociedade civil pelas representações no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e em seu Comitê Permanente de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.	MDA/IN-CRA
2.1.2 Implementar o III PNRA.	Garantir que a implantação do III Plano Nacional de Reforma contemple, de forma coordenada, ações de garantia de acesso à terra e inclusão produtiva, com garantias de promoção de igualdade de gênero, direito dos povos e comunidades tradicionais, amplo acesso as políticas para a juventude do campo, garantindo assim a redução das desigualdades no campo.	MDA/INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.2. Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.2.1. Identificar e desapropriar imóveis que não cumprem todos os critérios de função social, incorporando-os ao processo da reforma agrária, incluindo a desapropriação de imóveis classificados como latifúndios, massas falidas, de imóveis com dívidas fiscais e bancárias, que incorrem em crimes ambientais, onde há trabalho escravo, plantio de psicotrópicos ou onde há conflitos e violência.	Vistoriar 1,44 milhão de hectares no período 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Indenizar por desapropriação para reforma agrária 623.142 hectares no período 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Assentar 60 mil famílias no período 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.2.2. Retomar as terras públicas ocupadas de forma irregular e ilegítima e destiná-las para o assentamento de novas famílias.	Diagnosticar 3,3 milhões de hectares de terras devolutas no período 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.2.3. Disponibilizar os imóveis rurais pertencentes ao poder público que não são explorados preservando a infraestrutura existente.	Destinar 300 mil hectares de terras públicas na Amazônia Legal para a reforma agrária, no período 2012-2015. [Planejamento Estratégico Terra Legal]	MDA
	Avançar na destinação de áreas da União, sob jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária com o intuito de promover a reforma agrária, prioritariamente nos assentamentos diferenciados na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS). [PPA 2012-2015]	MDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
2.2.4. Promover a sucessão rural incentivando a permanência da juventude no campo, promovendo mudanças nas normativas de forma assegurar a participação dos/as jovens que vivem no campo ou na cidade nos programas de acesso a terra.	Atingir 5% de participação de jovens até 29 anos no total de novas famílias assentadas. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	INCRA
2.2.5. Atender, pelo menos, 20% de jovens assentados no Programa Nacional de Reforma Agrária.		
2.2.6. Articular com governos estaduais e municipais ações de gestão fundiária e de identificação de áreas para reforma agrária.		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.2.7. Desapropriar imóveis com potencial agrícola, urbanos ou periurbanos, destinando-os a produção de alimentos, em projetos de assentamentos diferenciados.

2.2.8. Reavaliar os procedimentos de desapropriação no semiárido adequando-os à dinâmica econômica do bioma.

2.2.9. Promover ajustes legais e normativos e na relação com o judiciário para agilizar o processo da reforma agrária.

2.2.10. Criar Varas Agrárias e nomear juízes agrários para agilizar o julgamento de ações.

2.2.11. Encaminhar medidas legais para a revogação do Parágrafo 6º do Artigo 2º da MP 2.183-53/2001.

2.2.12. Eliminar entraves legais, normativos e jurídicos com vistas à realização das vistorias.

2.2.13. Garantir a permanência da titularidade da terra em nome das mulheres nos programas de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária em caso de violência, separação ou óbito do companheiro.

2.2.14. Garantir cota mínima de 30% de mulheres chefes de famílias (responsáveis pelo domicílio), para titulações individuais em assentamentos de reforma agrária.

2.2.15. Desvincular cônjuges na Relação de Beneficiários (RB) em caso de dissolução de união estável, permitindo a manutenção do direito às políticas de acesso à terra.

2.2.16. Garantir a regularização fundiária das terras, priorizando a titularidade das mulheres rurais, com isenção de taxas cartoriais e com a entrega imediata dos títulos.



OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.3. Promover a infraestrutura social, produtiva e ambiental necessária para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, contribuindo para uma vida digna no campo e garantindo a reprodução social e a soberania alimentar.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.3.1. Garantir infraestrutura básica nos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, em articulação com o atendimento às comunidades rurais em que estão inseridos: moradia adequada à realidade local, continuidade do Programa Luz Para Todos, ampliação da oferta de água para consumo e para produção.	Atender com implantação e recuperação de infraestrutura básica, 96 mil famílias assentadas da reforma agrária demandantes de habitação (modalidade construção) no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), prioritariamente para as rotas Assentamentos Verdes e semiárido no período de 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Atender 73 mil famílias assentadas da reforma agrária com contratos de construção de habitação assinados (Programa Minha Casa Minha Vida) no período de 2014-2015. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.2. Melhorar as estradas rurais e ampliar a disponibilização de máquinas e equipamentos agrícolas, atendendo assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, em articulação com as comunidades em que se localizam.	Atender 96 mil famílias assentadas da reforma agrária com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.3. Garantir a continuidade e regularidade da prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com chamadas públicas específicas para assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário de modo a assegurar a universalização dos serviços prestados por equipes qualificadas para atender às especificidades destes públicos.	Assistir 495 mil famílias assentadas da reforma agrária com ATER no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.3.4. Assegurar que pelo menos 50% dos beneficiários de ATER sejam mulheres e que 30% do orçamento das chamadas sejam destinadas para atividades específicas de mulheres e prestados prioritariamente por filhos/as de assentados/as, com formação técnica e em número suficiente para atender à demanda.	Assegurar um mínimo de 50% de mulheres assentadas da reforma agrária beneficiárias com ATER, em relação ao total efetivamente atendido, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Assegurar que um mínimo de 30% dos recursos contratados sejam aplicados a projetos de iniciativas de mulheres assentadas da reforma agrária, no período de 2015-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.5. Promover a ampliação, o aprimoramento e a agilização da política de apoio financeiro e crédito para assentados/as, desburocratizando o acesso e a liberação	Atender 74,3 mil famílias assentadas da reforma agrária com crédito instalação, modalidade apoio inicial – operações I e II, no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA
	Atender 60 mil famílias assentadas da reforma agrária com crédito instalação, modalidade fomento – operações I e II, no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA
	Atender 40 mil mulheres assentadas da reforma agrária pelo crédito Fomento Mulher no período de 2014-2015. (Plano de Metas INCRA)	INCRA
2.3.6. Garantir e ampliar os procedimentos de avaliação, remissão (anistia) e renegociação de dívidas contraídas por assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário.	Implementar a MP 636/2013. (Agenda Estratégica MDA/INCRA 2014)	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.3.7. Promover capacitação continuada de assentados/as por intermédio do PRONACAMPO, PRONATEC Campo e do PRONERA.	Atender 8.902 jovens e/ou adultos/as assentados da reforma agrária, em formação de nível médio e superior, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Capacitar 7,319 mil profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social em assentamentos da reforma agrária, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Atender 29,480 mil trabalhadores/as rurais em processo de alfabetização e/ou escolarização, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.8. Ampliar o Programa Bolsa Verde.	Completar 30 mil famílias assentadas da reforma agrária atendidas pelo Programa Bolsa Verde em 2014. [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria). [PPA 2012-2015]	MMA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.3.9. Efetivar a política de consolidação dos assentamentos da reforma agrária com demarcação topográfica, cadastro ambiental rural, conclusão de infraestrutura básica, ATER permanente e regularização dos beneficiários/as em um prazo de 10 anos.	Regularizar 7 mil assentamentos com Cadastro Ambiental Rural, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Beneficiar 32,441 mil famílias com apoio de financiamento de projetos de agroindustrialização e comercialização e atividades pluriativas, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Integrar 1,214 mil assentamentos no Programa Assentamentos Verdes. (Planejamento Estratégico MDA/INCRA)	INCRA
	Realizar a supervisão ocupacional em 96,205 mil parcelas ou unidades familiares, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Beneficiar 224 assentamentos com valorização ativos ambientais e promoção de atividades produtivas, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Monitorar 1,113 mil assentamentos com ações de gestão ambiental, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.3.10. Garantir às famílias acampadas condições de sobrevivência até o seu assentamento.	Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas. [PPA 2012-2015]	MDA e MDS
	Inserir no CadÚnico 100% dos acampados/as que atendem os critérios do MDS. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	INCRA e MDS
	Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica. [PPA 2012-2015]	MDA e MDS
2.3.11. Viabilizar escolas, postos de saúde, segurança hídrica, segurança pública e saneamento básico para as áreas de assentamento e no conjunto das comunidades rurais.		
2.3.12. Implantar quadras de esporte, inclusão digital, TV, rádios comunitários rurais, pontos de cultura em atendimento aos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário.		
2.3.13. Assegurar que 20% de jovens sejam atendidos/as pela ATER, prestada prioritariamente por filhos/as de assentados, com formação técnica e em número suficiente para atender à demanda.		
2.3.14. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária para a juventude rural.		
2.3.15. Criar mecanismos ágeis de reparação a prejuízos causados por adversidades climáticas (crédito produtivo e outros), assegurando a recuperação da capacidade produtiva das famílias assentadas atingidas.		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.4. Avançar na estruturação de um Sistema Nacional de Governança Fundiária.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.4.1. Implementar restrições legais à aquisição de terras por estrangeiros ou por empresas brasileiras sob controle de capital estrangeiro ou a ele associado.	Consolidar e manter o Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiro (SISNATE), no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.4.2. Implementar um amplo e massivo Programa de Cadastro, Georreferenciamento e Regularização Fundiária nos biomas brasileiros, priorizando a regularização fundiária e ambiental da agricultura familiar.	Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante: a) Formalização da parceria INCRA e RFB; b) Fechamento do modelo conceitual; c) Desenvolvimento e produção. [PPA 2012-2015]	MDA
	Georreferenciar 6 mil imóveis em 2014, por meio do Programa de Apoio aos Estados para Cadastro e Regularização Fundiária. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]	MDA
	Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 – Terra Legal. [PPA 2012-2015]	MDA
	Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de hectares de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal – Terra Legal. [PPA 2012-2015]	MDA
	Regularização fundiária de 11,2 milhões de hectares de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal – Terra Legal [PPA 2012-2015]	MDA
	Fiscalizar 3 milhões de hectares, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Gerenciar 500 mil imóveis rurais, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.4.2. Implementar um amplo e massivo Programa de Cadastro, Georreferenciamento e Regularização Fundiária nos biomas brasileiros, priorizando a regularização fundiária e ambiental da agricultura familiar.	Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) (Projeto Estratégico INCRA 2014: Modernização do Cadastro Rural)	INCRA
	Desenvolver e implantar a Declaração Eletrônica do Proprietário (DP eletrônica) (Projeto Estratégico INCRA 2014: Modernização do Cadastro Rural)	INCRA
	Expandir a rede nacional de cadastro rural com a implantação de 2.014 UMC (Unidade Municipal de Cadastro) no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Emitir 3,8 milhões de certificados de imóveis rurais, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Regularizar 41 mil imóveis rurais, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Georreferenciar 47,9 mil imóveis rurais, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.4.3. Promover a consolidação e a integração de ações, entre os entes federados, para a regularização fundiária da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.	Consolidar Mesa Permanente de Negociação Quilombola [Plano Estratégico MDA/INCRA]	INCRA
2.4.4. Promover diagnóstico fundiário completo de cada município do semiárido, contribuindo para a governança fundiária.		
2.4.5. Garantir recursos no Orçamento Geral da União para as ações de reforma agrária, crédito fundiário e regularização fundiária, fortalecendo as instituições responsáveis: MDA, INCRA, SPU, FUNAI, Fundação Palmares, IBAMA, ICMBio e órgãos estaduais de terras, garantindo ações articuladas entre entes federados, visando o aperfeiçoamento do sistema nacional de governança fundiária.		
2.4.6. Garantir estrutura organizacional e quadro técnico qualificado para as instituições responsáveis pela reforma agrária e regularização fundiária, objetivando celeridade e agilidade nos procedimentos de vistorias e desapropriações e demais procedimentos de acesso a terra, considerando características e necessidades regionais e territoriais, conhecimentos tradicionais, organização e a integração social, além da vocação produtiva das famílias.		
2.4.7. Assegurar a revisão do tamanho do módulo fiscal.		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.4.8. Garantir o direito à permanência no território e uso dos recursos naturais aos povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, revisando, quando for o caso, os decretos que criaram unidades de conservação, alterando a condição de proteção integral para unidades de uso sustentável.

2.4.9. Estabelecer o limite máximo de 15 a 25 módulos fiscais para propriedades rurais, de acordo com as características regionais, uso da terra e produção.

2.4.10 Implantar tributação progressiva de acordo com o tamanho e uso da terra.

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.5. Ampliar e fortalecer o de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.5.1. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Nossa Primeira Terra (NPT) para a juventude rural: com cota de 30% para as jovens mulheres, acesso independentemente de formação profissional, orientação de acesso e 0% de juros com rebate igual para todas as regiões.	Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário. [PPA 2012-2015]	MDA
	Atender 5,322 mil famílias com o crédito fundiário em 2014 [Plano Estratégico MDA/INCRA]	
2.5.2. Garantir assistência técnica e extensão rural gratuita de pelo menos 5 anos após o acesso à terra pelo PNCF.	Atende 30 mil famílias do PNCF por meio de chamadas de ATER [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
2.5.3. Garantir o Selo do PNCF Mulher para todas as beneficiárias do PNCF, com oferta de ATER, incorporando metodologias específicas para as mulheres rurais.	Expansão do número de contratos de Selo Mulher do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) por meio da articulação com o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
2.5.4. Articular pela aprovação do PLP nº 362/2006 com alterações do Senado ao PL 042/2012, que trata dos critérios de elegibilidade, do prazo de financiamento e de carências, da criação do seguro de vida e de transação entre parentes no âmbito do PNCF.		
2.5.5. Conceder subsídio governamental de 30% a 90% do crédito fundiário, pagamento do financiamento em até 35 anos, com aumento de carência de 5 anos.		
2.5.6. Elevar o teto de enquadramento e financiamento para R\$ 200 mil por família, prolongando o prazo para pagamento, respeitando os tetos regionais e prevendo a avaliação permanente dos valores e revisão por ocasião dos Planos Safra.		
2.5.7. Realizar a análise de viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto e da aptidão do proponente e conclusão de todo o processo no máximo em 3 (três) meses.		
2.5.8. Permitir o acesso à terra por parentes de 1º grau.		
2.5.9. Articular providências para a isenção de taxas cartoriais e do Imposto sobre Transmissão de Imóveis financiados pelo crédito fundiário.		
2.5.10. Criar seguro específico no caso de morte ou invalidez permanente do titular para quitação do imóvel.		
2.5.11. Efetivar o financiamento para a aquisição de áreas para a ampliação das propriedades caracterizadas como minifúndios.		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.5.12. Cancelar os contratos e dívidas de projetos de Crédito Fundiário em Unidades de Conservação, garantindo o direito a novo projeto de crédito fundiário ou assentamento pelo INCRA, com infraestrutura básica e financiamento.

2.5.13. Garantir a sucessão familiar (como possibilidade de venda entre familiares), com prioridade para os/as filhos/as da agricultura familiar, com 80% de recursos não reembolsáveis.

2.5.14. Estruturar os órgãos públicos responsáveis pelas políticas de acesso à terra do PNCF.

2.5.15. Priorizar jovens e mulheres no acesso à terra no PNCF.

2.5.16. Garantir a construção, ampliação e reforma das moradias nos assentamentos do PNCF.

2.5.17. Exigir qualificação para acesso ao PNCF, por meio de capacitação inicial.

2.5.18. Assegurar orientação de acesso ao crédito do PNCF e minha primeira terra para os/as jovens.

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.6. Agilizar e qualificar o processo de reconhecimento e regularização fundiária e demarcação de terras dos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.6.1 Qualificar o processo de demarcação e homologação das áreas indígenas e promover a desintrusão de terras indígenas até 2018.	Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território por meio do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das terras indígenas. [PPA 2012-2015]	INCRA
	Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas. [PPA 2012-2015]	FUNAI
	Homologação da demarcação de 40 terras indígenas. [PPA 2012-2015]	FUNAI
	Delimitação de 56 terras indígenas. [PPA 2012-2015]	FUNAI
	Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas. [PPA 2012-2015]	MDA
2.6.2. Acelerar e ampliar o processo de reconhecimento e de regularização fundiária dos territórios quilombolas.	Concluir 222 relatórios antropológicos, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Publicar 143 RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Comunidades Quilombolas), no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Reconhecer 331mil hectares de Comunidades Quilombolas, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Indenizar 167.129 hectares aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as Comunidades Quilombolas, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
	Emitir 46 títulos para Comunidades Quilombolas, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

2.6.3. Revogar a Portaria nº 303/2012; articular o arquivamento da PEC nº 215/2013, ADIN nº 3.239/2003 e o PLP nº 227/2012; e não alterar o Decreto nº 1.775/1996.

2.6.4. Efetivar os dispositivos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, assegurando os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais.

2.6.5. Garantir o poder de veto dos povos do campo, floresta e das águas, povos e comunidades e tradicionais, indígenas e quilombolas sobre o uso e a exploração dos seus recursos materiais e imateriais.

2.6.6. Articular a aprovação do Projeto de Lei nº 7.447, referente à Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (substituindo o Decreto nº 6.040/2007).

2.6.7. Garantir a agilidade da Fundação Cultural Palmares nos processos de certificação de autorreconhecimento de novas comunidades quilombolas.

2.6.8. Estruturar política para resolução de conflitos entre áreas de ocupação histórica pela agricultura familiar e por povos e comunidades tradicionais, com possibilidade de reassentamento ou indenização.

2.6.9. Criar uma Diretoria Nacional de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no âmbito do MDA/INCRA.

2.6.10. Realizar vistorias para estudo e mapeamento das áreas quilombolas e indígenas, evitando sua inclusão nos processos de reforma agrária.

2.6.11. Garantir a participação dos povos e comunidades tradicionais na construção do novo marco regulatório sobre o Patrimônio Genético, Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios.

2.6.12. Garantir o controle social pelas mulheres indígenas no processo de governança fundiária, demarcação e homologação das áreas indígenas.

2.6.13. Revisar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como regularizar aqueles que estão em andamento na Casa Civil (RESEX e RDS), para solucionar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral nos territórios de uso tradicional, garantindo a permanência das populações e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas em seu interior e o acesso ao uso de bens naturais.



OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.1. Efetivar o Marco Legal da Política de Desenvolvimento Territorial (PPA) visando à constituição de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.1.1. Propor normativos para a constituição de Construir um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (SNDRSS), considerando a gestão social existente nos territórios rurais.	Elaborar e pactuar proposta de SNDRSS com instâncias de gestão social e gestores do desenvolvimento rural. [SDT 2014]	MDA
	Elaborar proposta de normativos para constituição do SNDRSS. [SDT 2014]	
3.1.2. Criar um sistema federativo de financiamento da política de desenvolvimento territorial, incluindo ações de custeio e investimento.	Promover diálogo interfederativo e realizar estudo sobre as alternativas viáveis para a criação de um sistema federativo de financiamento da política de desenvolvimento territorial. [SDT]	MDA
3.1.3. Normatizar, com base em critérios objetivos de ruralidade e identidade territorial, os procedimentos e requisitos para a readequação da composição de territórios rurais.	Propor critérios e normativos para adequação da composição territorial no âmbito do MDA e CONDRAF. [SDT 2014]	MDA
3.1.4. Alterar e propor normativos e legislações, revisar normativos de forma a viabilizar o repasse e a gestão de recursos públicos, facilitem os procedimentos de prestação de contas e considerem as especificidades políticas e administrativas dos projetos territoriais, em especial aqueles voltados para povos e comunidades tradicionais.	Acompanhar as iniciativas da Secretaria Geral para o novo marco regulatório de entidades privadas. [SDT]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.2. Ampliar e fortalecer as institucionalidades do desenvolvimento territorial

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.2.1. Reconhecer e homologar novos territórios rurais, a partir dos princípios de territorialidade do PRONAT.	Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados. [PPA 2012-2015] Completar 74 novos territórios incorporados. [SDT]	MDA
3.2.2. Dar visibilidade e divulgar a política de desenvolvimento territorial, por meio da ampliação do debate sobre a política, no âmbito federativo dos três poderes, com a participação da sociedade civil.	Atuar, em iniciativa conjunta com o CON-DRAF, no assessoramento aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural para elaboração/atualização de 27 Planos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. [SDT 2014] Apoiar a elaboração de 239 planos territoriais, em consonância com as normativas pós II CNDRSS considerando os PTDRS existentes. [SDT 2014] Realizar o Encontro Nacional de Colegiados Territoriais. [SDT 2014]	MDA
3.2.3. Apoiar o assessoramento (recursos humanos, preferencialmente por meio de contratação de profissionais com residência e/ou atuação prévia no território) e o funcionamento dos colegiados territoriais (reuniões, eventos, formação e capacitações).	Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012. [PPA 2012-2015] Apoiar a capacitação e formação de 80 mil agentes de desenvolvimento. [PPA 2012-2015] Apoiar o assessoramento e funcionamento dos colegiados territoriais por meio da implementação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial em 239 territórios. [SDT 2014] Realizar ações de formação em desenvolvimento territorial. Meta: N° de pessoas envolvidas nas atividades de formação = 10,5 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.2.4. Criar e/ou adaptar a estrutura de consórcios públicos multifinalitários para a implementação de infraestrutura regional, estabelecendo parceria entre municípios e organizações sociais que constituem os colegiados territoriais.	<p>Atuar na formulação e implementação da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) nos territórios rurais que integram o PTC convergentes com consórcios multifinalitários, visando a contribuir para a elaboração de 8 PPAs Territoriais Participativos, em parceria com a SPI/ MPOG. [SDT 2014]</p> <p>Divulgar nos colegiados territoriais os procedimentos e normas para a criação de consórcios públicos multifinalitários. [SDT 2014]</p>	MDA
3.2.5. Fortalecer a estrutura da SDT com ampliação de pessoal e incremento no orçamento.	Realizar concurso para suprir ampliação de equipe e propor ampliação de orçamento no PPA 2016-2020. [SDT 2014]	MDA
3.2.6. Garantir a participação dos colegiados territoriais no processo de seleção, acompanhamento e avaliação dos assessores/as técnicos/as.	Apoiar a constituição dos Comitês de Acompanhamento e Avaliação dos projetos dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), com a participação de representação dos colegiados territoriais. Meta: 239 comitês instalados. [SDT 2014]	MDA
3.2.7. Fortalecer as instâncias territoriais existentes e constituir câmaras técnicas para a gestão social do Plano Nacional de Reforma Agrária.	Ampliar as discussões sobre as ações fundiárias nos colegiados territoriais. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.2.8. Criar e fortalecer câmaras temáticas de mulheres rurais nos territórios rurais e da cidadania.	<p>Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais. [PPA 2012-2015]</p> <p>Ampliar e apoiar a organização e o funcionamento dos Colegiados Territoriais, garantindo a participação de no mínimo 30% de mulheres. Criar e manter o funcionamento de no mínimo 120 comitês de mulheres nos territórios da cidadania. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

<p>3.2.9. Garantir a participação da juventude nos Colegiados Territoriais e Redes de Colegiados Estaduais e Nacional, criando e institucionalizando uma Rede Nacional de Câmaras e Conselhos Temáticos de Juventude.</p>	<p>Ampliar a participação dos/as jovens rurais nos espaços de formulação, monitoramento, controle e integração das políticas públicas, assim como seu acesso a elas. Meta: % mínimo de Jovens nos Colegiados Territoriais = 20% e % mínimo de jovens como delegados na 2ª CNDRSS = 20%. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p> <p>Criar e fortalecer os comitês e câmaras temáticas dos colegiados territoriais, contemplando os diversos públicos e áreas. Meta (revisitada SDT): Nº de comitês e câmaras temáticas em funcionamento já existentes. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p> <p>Realizar Encontros dos Comitês Territoriais de Juventude Rural. [SDT 2014]</p>	<p>MDA</p>
<p>3.2.10. Garantir nos normativos da política territorial o estímulo e apoio a participação efetiva de povos e comunidades tradicionais, bem como da diversidade do rural.</p>	<p>Desenvolver ferramentas de gestão que adéquem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais. [PPA 2012-2015]</p> <p>Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais. [PPA 2012-2015]</p> <p>Realizar Encontro dos Comitês Territoriais de PCT. [SDT 2014]</p> <p>Criar 5 câmaras temáticas específicas para PCT nos colegiados territoriais. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
<p>3.2.11. Implantar cursos técnicos e/ou de nível superior para a formação em gestão pública, com aproveitamento das estruturas já existentes.</p>		
<p>3.2.12. Reorganizar e fortalecer os colegiados territoriais, por meio da estruturação física (sede, veículos, e equipamentos).</p>		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.3. Promover o planejamento e a gestão territorial de políticas públicas, considerando os instrumentos de planejamento existentes, (PTDRSs, PPAs) que visem à melhoria dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, cultura, esporte, lazer, turismo rural, segurança pública e infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.3.1. Desenvolver mecanismos que estimulem os governos federal, estaduais e municipais a utilizarem o território rural como unidade de planejamento para a articulação e implementação de políticas públicas.	Constituir rede de agentes públicos para a promoção do desenvolvimento territorial. Nº de territórios atendidos pela rede de agentes públicos participando das ações territoriais = 239. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Estimular os estados para adoção da abordagem territorial como unidade de planejamento. Meta: Nº de Comitês de Articulação Estadual (CAES) instalados = 26. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Criar o ambiente institucional para elaborar, implementar e monitorar a integração de políticas públicas por meio da estratégia territorial. Meta: Comitê do MDA de integração de políticas. [Plano Estratégico MDA/INCRA] Atuar, em iniciativa conjunta com o CON-DRAF, no assessoramento aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural para elaboração/atualização de 27 Planos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. [SDT 2014] Atuar na formulação e implementação da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) nos territórios rurais que integram o PTC convergentes com consórcios multifinalitários, visando contribuir para a elaboração de 8 PPAs Territoriais Participativos, em parceria com a SPI/ MPOG. [SDT] Apoiar a elaboração ou atualização de 239 planos territoriais, em consonância com as normativas pós-2ª CNDRSS, em parceria com governos estaduais. [SDT]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.3.2. Garantir apoio para o planejamento articulado entre as esferas federal, estadual e municipal (PTDRSs, PPAs, etc.) das políticas de desenvolvimento e para sua gestão social, com vista a fortalecer o pacto federativo.	Aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, articulação e de cooperação federativa. [PPA 2012-2015]	MP
	Capacitar agentes públicos municipais, estaduais e federais. [PPA 2012-2015]	MP
	Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo. [PPA 2012-2015]	MP
	Modernizar a gestão municipal por intermédio da implantação de sistema de gestão integrada, oferecendo soluções tecnológicas disponíveis no portal do software público. [PPA 2012-2015]	MP
	Atualizar, sistematizar e socializar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs). Meta: N° de PTDRSs atualizados, sistematizados e socializados = 161. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Atuar na formulação e implementação da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) nos territórios rurais que integram o PTC convergentes com consórcios multifinalitários, visando contribuir para a elaboração de 8 PPAs Territoriais Participativos, em parceria com a SPI/ MPOG. [SDT]	MDA
	1. Parceria (convênio) com 10 governos estaduais para elaboração de planos estaduais e reestruturação de planos territoriais. 2. Construção de matriz convergente de ações do programa territórios da cidadania em 15 estados. [SDT 2014]	MDA
	Atender 495 mil domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos. [PPA 2012-2015]	MME

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.3.2. Garantir apoio para o planejamento articulado entre as esferas federal, estadual e municipal (PTDRSs, PPAs, etc.) das políticas de desenvolvimento e para sua gestão social, com vista a fortalecer o pacto federativo.	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, por meio do Luz para Todos e da Universalização [do acesso à energia elétrica]. [PPA 2012-2015]	MME
	Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola. [PPA 2012-2015]	MPA
	Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem. [PPA 2012-2015]	MCid
	Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos. [PPA 2012-2015]	MCid
	Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares. [PPA 2012-2015]	MCid
	Contratar R\$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. [PPA 2012-2015]	MCid
	Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória. [PPA 2012-2015]	MCid
	Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano. [PPA 2012-2015]	MCid

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.3.2. Garantir apoio para o planejamento articulado entre as esferas federal, estadual e municipal (PTDRSs, PPAs, etc.) das políticas de desenvolvimento e para sua gestão social, com vista a fortalecer o pacto federativo.	Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano. [PPA 2012-2015]	MCid
	Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento. [PPA 2012-2015]	MCid
	Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico. [PPA 2012-2015]	MCid
	Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento. [PPA 2012-2015]	MCid
3.3.3. Realizar o mapeamento do perfil da produção no âmbito territorial, dos/as produtores/as familiares e dos povos e comunidades tradicionais e de suas organizações, reconhecendo seus sistemas tradicionais de produção.	Promover estudo a partir das estatísticas rurais e para complementar informações disponíveis na SDT sobre sistemas produtivos territoriais. [SDT]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

<p>3.3.4. Articular para que o debate sobre a aplicação e o controle social dos recursos das matrizes orçamentárias territoriais tenha a participação efetiva dos colegiados territoriais.</p>	<p>Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatíveis com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania. [PPA 2012-2015]</p> <p>Efetivar ações do MDA/INCRA integradas, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p> <p>Apoiar a realização de 120 plenárias territoriais para debate da Matriz 2014 do Programa Territórios da Cidadania em 120 territórios e identificação de prioridades de monitoramento das ações são aprovadas pelo colegiado territorial. [SDT 2014]</p> <p>Implementar a Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra em todos os Territórios Rurais e da Cidadania. [SDT]</p>	<p>MDA</p>
<p>3.3.5. Articular para que as ações contidas nas matrizes orçamentárias territoriais sejam executadas por meio de políticas e programas articulados nos níveis municipal, estadual e federal.</p>	<p>Elaborar e implementar a estratégia de construção da matriz de ações convergentes por meio de parceria com 26 estados e com o Distrito Federal. [SDT 2014]</p> <p>Orientar e acompanhar o funcionamento dos CAEs como instâncias de articulação de políticas públicas no âmbito estadual. [SDT]</p> <p>Implementar projetos de infraestrutura nos 239 territórios. [SDT]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.3.6. Ampliar para R\$ 1,5 milhão por território em 2014 o valor para a implantação de projetos de infraestrutura territorial, na seguinte proporção: 40% dos recursos para projetos com políticas afirmativas voltadas às mulheres, 20% para a juventude e 20% para povos e comunidades tradicionais.	Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Apoiar até 239 projetos territoriais com valor de R\$ 425 mil por meio do PROINF. [SDT 2014]	MDA
	Instituir metas específicas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, nos projetos apoiados pelo PROINF. [SDT]	MDA
	Apoiar 478 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [SDT 2014]	MDA
3.3.7. Garantir apoio para ampliação e qualificação da infraestrutura territorial de apoio a distribuição de produtos da agricultura familiar, garantindo estratégias de divulgação dos produtos (marketing, selo regional)	Apoiar a organização produtiva de 5 mil empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou de grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]	MDA
	Implementar a estratégia de gestão territorial do plano safra em todos os territórios rurais. [SDT]	MDA
3.3.8. Garantir apoio para estruturação de uma rede solidária de comercialização regional.	Apoiar e coordenar o funcionamento de 239 Bases de Serviços Técnicos. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. Meta: Documento elaborado entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.3.9. Garantir a participação dos Colegiados Territoriais nos Comitês Estaduais do PRONATEC, garantindo o reconhecimento do seu papel no ciclo de gestão e controle social dos cursos técnicos ofertados.	Estimular os colegiados territoriais dos Territórios da Cidadania a realizar o acompanhamento do PRONATEC Campo, PRONERA e Arca das Letras. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.3.10. Publicar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs).	Apoiar a elaboração e qualificação de 239 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. [PPA 2012-2015]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.3.11. Ampliar o Projeto Territórios Digitais.	Articulação para a implantação de Casas Digitais Rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Inserir as Casas Digitais integrantes do Projeto Territórios Digitais na estratégia de desenvolvimento territorial. Meta: N° de Casas Digitais e Telecentros .BR implantados e acompanhados = 188 (meta revisitada SDT). [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.3.12. Implantar projetos de apoio à melhoria de infraestrutura viária (pontes, galerias de concreto e passagens molhadas).	Apoiar projetos de entes públicos voltados infraestrutura viária por meio do PROINF nos territórios. [SDT 2014]	MDA
3.3.13. Assegurar a divulgação de forma sistemática das ações e dos resultados do processo de desenvolvimento territorial rural em escala estadual e territorial, utilizando-se dos diferentes meios de comunicação.	Qualificar o “sit.mda.gov.br” e portal Territórios da Cidadania. [SDT]	MDA
3.3.14. Garantir a realização de consulta prévia às populações impactadas quando do planejamento de projetos de mineração, de geração de energia e de monoculturas em âmbito territorial.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.4. Promover a articulação, divulgação e integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, executadas pelos diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.4.1. Garantir a ampliação e a universalização de programas estaduais e federais, em especial o Programa Territórios da Cidadania e Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária, garantindo a gestão social e o acesso direto aos recursos destinados ao desenvolvimento territorial, com anuência dos Colegiados Territoriais.	Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatíveis com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania. [PPA 2012-2015]	MDA
3.4.2. Instituir ação interministerial que integre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA, para fortalecer a Organização Produtiva das Mulheres e Jovens do Campo, Floresta e das Águas, visando articular e desburocratizar o acesso às políticas relacionadas à terra, ao crédito, à formação profissional, à comercialização e geração de renda, com vistas a superar os dilemas sucessórios e romper com a invisibilidade do trabalho das mulheres e jovens.	Participar da elaboração do Programa Nacional Interministerial para a Juventude, com foco na formação agroecológica e na inserção da juventude rural aos mercados. Metas: Programa elaborado e 5 mil jovens atendidos até dez./2014. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.4.3. Garantir a gestão territorial do Plano Safra com a realização de rodadas de negociação entre gestores públicos (técnicos/as e agentes financeiros), agricultores/as familiares, maricultores/as, pescadores/as, colônias de pescadores/as, sindicatos, associações, cooperativas, instituições de assistência técnica.	Realizar a gestão territorial da inclusão produtiva. Nº de territórios realizando a gestão territorial = 239. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.4.4. Apoiar projetos comunitários, municipais e regionais de disponibilização e promoção do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (rádios e TVs comunitárias, telefonia fixo e móvel, internet, etc.), por meio da construção, estruturação e ampliação de centros de informática, implantação e disponibilização de internet gratuita, considerando o potencial dos Centros de Ensino Tecnológico (CENTECs) e das Faculdades de Tecnologia (FATECs).	Inserir as Casas Digitais integrantes do Projeto Territórios Digitais na estratégia de desenvolvimento territorial. Meta: Nº de Casas Digitais e Telecentros .BR implantados e acompanhados = 191. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Implantar 187 telecentros para pescadores/as artesanais e aqüicultores/as familiares em parceria com o Ministério das Comunicações. [PPA 2012-2015]	MPA
3.4.5. Criar dispositivo legal que assegure o acesso à comunicação no meio rural, especialmente aos povos e comunidades tradicionais, movimentos populares e sociedade civil organizada com custos reduzidos e de qualidade.	Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando suas especificidades históricas e culturais. [PPA 2012-2015]	MC
	Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; nas populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; em aldeias indígenas; em organizações militares das Forças Armadas; em postos da Polícia Rodoviária Federal; e em aeródromos públicos . [PPA 2012-2015]	MC
3.4.6. Destinar recursos para construção de centros comunitários nas comunidades rurais, com garantia de ações para jovens e idosos e inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, em parceria com secretarias e ministérios das áreas de cultura, lazer e assistência social para promover a inclusão digital e tecnológica, a capacitação relacionada às atividades econômicas e produtivas e o resgate e valorização da cultura e práticas esportivas locais.	Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
	Articular os órgãos de governo para garantia do acesso às políticas de lazer e cultura para a juventude rural. Meta: Política articulada. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	SNJ/PR

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.4.7. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).	Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, bem como a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas. [PPA 2012-2015]	MDS
	Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias. [PPA 2012-2015]	MDS
	Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria. [PPA 2012-2015]	MDS
3.4.8. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).	Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria. [PPA 2012-2015]	MDS
3.4.9. Regulamentar e desenvolver o turismo rural sustentável estabelecendo parcerias com as secretarias estaduais e municipais de turismo ou similares.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.5. Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, com recursos financeiros, físicos e humanos para seu funcionamento.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.5.1. Assegurar investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas rurais, e favorecer a manutenção do jovem recém-formado na comunidade de origem, para agir como socializador de tecnologia.	Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga. [PPA 2012-2015]	MC
	Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural. [PPA 2012-2015]	MC
	Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades. [PPA 2012-2015]	MEC
	Laboratórios de informática para as escolas do campo em 114 territórios da cidadania – TCs; computador interativo nas escolas em 120 TCs; programa laptop educacional para as escolas no campo em 114 TCs. [SDT Matriz PTC 2013]	MEC
3.5.2. Ampliar a proporção de recursos destinados à educação, assegurando que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) sejam destinados à educação.	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.5.3. Construir universidades camponesas e centros de ciências do campo em todos os territórios rurais.	VERIFICAR E TERRITORIALIZAR PLANO DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. 218 DOS 239 TERRITÓRIOS TÊM IES PÚBLICA. [SDT]	MDA
3.5.4. Garantir acesso às políticas de incentivo à leitura, por meio da implantação de bibliotecas rurais.	Apoiar 130 projetos sociais de leitura. [PPA 2012-2015]	Minc
	Apoiar 2 mil pontos de leitura. [PPA 2012-2015]	MinC
	Apoiar 400 bibliotecas comunitárias. [PPA 2012-2015]	MinC
	Implantar 3,2 mil bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária. [PPA 2012-2015]	MDA
	Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré. [PPA 2012-2015]	MPA
	Estimular os colegiados territoriais dos Territórios da Cidadania a realizar o acompanhamento do PRONATEC Campo, PRONERA e Arca das Letras. Nº de colegiados informando as ações do Arca das Letras = 120. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.5.5. Possibilitar que os CEFFAs sejam ofertantes do PRONATEC Campo, mantendo sua autonomia de gestão e tendo como modelo a pedagogia da alternância e o currículo baseado nas dinâmicas e culturas locais com enfoque na agroecologia, economia solidária, extrativismo, pesca, cooperativismo e associativismo.	Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. Meta: Documento elaborado entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.5.6. Construir ginásios de esporte e quadras poliesportivas na zona rural, com oferta de cursos correspondentes.	Apoiar a cobertura de 5 mil quadras esportivas escolares. [PPA 2012-2015]	MEC
	Apoiar a construção de 7,116 mil quadras esportivas escolares. [PPA 2012-2015]	MEC
	Ampliar para creches e pré-escolas o Programa Saúde na Escola de 100% dos municípios que aderirem ao Programa. [PPA 2012-2015]	MS
	Articular os órgãos de governo para garantia do acesso às políticas de lazer e cultura para a juventude rural. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.5.7. Garantir creches, em tempo integral, para as crianças de 0 a 4 anos.	Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Proinfância – construção / reforma de escolas infantis em 96 TCs. [SDT Matriz PTC 2013]	MEC
3.5.8. Implementar residência agrária universitária para os ensinos médio, técnico e superior.		
3.5.9. Ampliar e Consolidar o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em Ciências Agrárias.		
3.5.10. Utilizar a metodologia da pedagogia da alternância e matriz curricular adequada à realidade do campo nas instituições de ensino superior.		
3.5.11. Garantir a previsão de modelo próprio de gestão e funcionamento das escolas na Política de Educação do Campo, com envolvimento das comunidades, reconhecendo a pedagogia por alternância e em parceria com as Secretarias de Educação e o MEC.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.5.12. Garantir formação continuada de profissionais da educação, com perspectiva ambiental, holística, contextualizada, crítica e dialética.

3.5.13. Disponibilizar material teórico e material didático-pedagógico que contemplem a discussão de temas centrais, específicos para a realidade do campo, tais como convivência com o semiárido demais regiões e biomas, água, produção, terra, gênero, geração, raça e etnia, agroecologia, educação ambiental, economia popular solidária (associativismo e cooperativismo), juventude, violência, sexualidade, segurança alimentar e gestão pública, identidade sociocultural.

3.5.14. Implantar e monitorar a aplicação da Lei nº 9.795/1999 (Educação Ambiental).

3.5.15. Assegurar, por meio das matrizes escolares urbanas em todos os níveis, a valorização das temáticas relacionadas ao convívio rural.

3.5.16. Assegurar a criação de projetos nas escolas do meio rural (assentamentos, comunidades tradicionais, entre outros) que estimulem a participação de jovens nos movimentos e organizações sociais.

3.5.17. Reconhecer e Fortalecer os Centros Familiares de Formação por alternância (CEFFAs), as Escolas Família Agrícola (EFAs) e as Casas Familiar Rural (CFRs), apoiando a construção e ampliação de unidades nos municípios e territórios com recursos federais, previstos no Plano de Ações Articuladas e efetivados via FUNDEB, como garantido por lei, para investimento e custeio.

3.5.18. Reformular, em diálogo com a sociedade, o projeto político-pedagógico das escolas, para que esteja centrado nos modos de vida da população local, por meio do processo de desnucleação, reconhecendo e valorizando a cultura, a identidade e os saberes tradicionais das comunidades.

3.5.19. Garantir aos/às estudantes das EFA e CFR mesmo peso das escolas públicas nas provas do ENEM para ingresso nas universidades.

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.6. Implantar saúde no meio rural com atendimento de qualidade, humanizado e universalizado, com equipes multidisciplinares, médicos especialistas, disponibilização de equipamentos e fiscalização do Ministério Público, priorizando mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.6.1. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais o Programa Saúde da Família	Alocar até 13 mil médicos/as brasileiros e estrangeiros/as em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBSs), priorizando 5 mil unidades na região Nordeste. [PPA 2012-2015]	MS
	Implantar 3,358 mil unidades básicas de saúde (UBSs), passando de 36,892 mil UBSs em 2011 para 40,250 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários/as de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.2. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).	Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do/a trabalhador/a, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015. [PPA 2012-2015]	MS

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.6.3. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).	Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1,096 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.4. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).	Adquirir 2,160 mil ambulâncias até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.5. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSAd).	Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSAd), passando de 1,650 mil em 2011 para 2,290 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.6. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).		MS
3.6.7. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Unidades Móveis de Saúde Bucal.	Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada [SDT Matriz PTC 2013]	MS
	IMPLANTAR 55 CEOs EM TCs. [PPA 2012-2015]	MS
3.6.8. Implantar, ampliar e equipar nos territórios e espaços intermunicipais Policlínicas.		
3.6.9. Implantar e ampliar nos territórios e espaços intermunicipais os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.7. Implementar e garantir a efetivação, ampliação e desburocratização do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.7.1. Ampliar o limite de renda anual comprovada na DAP do G1 para 30 mil e o limite de construção para R\$ 45 mil, garantindo acesso à linha de subsídio para reforma.	Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural. [PPA 2012-2015]	MCid
	Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural. [PPA 2012-2015]	MCid
3.7.2. Permitir que agricultores/as familiares com pluriatividade e residentes em vilas rurais não urbanizadas possam acessar programas habitacionais.	Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural. [PPA 2012-2015]	MCid
	IMPLANTAR 25.976 U.H. EM TCs. [SDT MATRIZ PTC 2013]	MCid
3.7.3. Ampliar o valor, por unidade habitacional, para o apoio técnico e social aos projetos do PNHR.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.8. Garantir segurança pública na área rural, com atuação interfederativa e comunitária, contemplando territórios rurais, territórios da cidadania, assentamentos, povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS

METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015

RESPONSÁVEL

3.8.1. Implantar e ampliar os recursos humanos (garantindo efetivo mínimo, juiz e promotor) e infraestrutura (incluindo distribuição de equipamentos de comunicação às famílias e a viabilização de patrulhas) para garantia de segurança pública na área rural.

3.8.2. Criar brigadas de combate a incêndios nos territórios rurais e de cidadania, com infraestrutura e materiais adequados.

3.8.3. Realizar diagnósticos, pesquisas e estudos da realidade rural, visando construção de estratégias para segurança na zona rural com integração das políticas de saúde, educação, cultura e esporte, com atenção especial à violência contra as mulheres rurais.

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.9. Assegurar o acesso de políticas públicas para as mulheres rurais, considerando a divisão sexual do trabalho como estrutura das relações desiguais de gênero e a afirmação de direitos e deveres das mulheres do campo.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.9.1. Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres rurais, indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, incluindo a aplicação da lei Maria da Penha.	Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. [PPA 2012-2015]	SPM
	Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: DEAM, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e no DF. [PPA 2012-2015]	SPM

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.9.1. Promover o combate e a prevenção à violência contra as mulheres rurais, indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, incluindo a aplicação da lei Maria da Penha.	Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e hospitais de referência. [PPA 2012-2015]	SPM
	Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas. SDT: MATRIZ PTC 2013 prevê 2 centros em TCs. [PPA 2012-2015]	SPM
	Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania. SDT: MATRIZ PTC 2013 prevê 54 unidade móveis em TCs. [PPA 2012-2015]	SPM
	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE 15 ORGANISMOS EXECUTIVOS DE POLÍTICAS PARA MULHERES. [SDT Matriz PTC 2013]	SPM
	Implementação da estratégia de gestão territorial do Plano Safra em todos os territórios rurais. [SDT]	MDA
3.9.2. Implementar ações e serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência nos territórios rurais, de cidadania e de identidade, atuando em parcerias com as delegacias.	Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR). [PPA 2012-2015]	SPM
	Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas. [PPA 2012-2015]	SPM
	Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania. [PPA 2012-2015]	SPM

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.9.3. Capacitar profissionais responsáveis pelo atendimento às mulheres vítimas de violência nas delegacias, nos centros de referências e em outros espaços.	Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados/as sobre questões da violência contra as mulheres. [PPA 2012-2015]	SPM
	Realizar capacitação continuada de 100% das atendedoras da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas. [PPA 2012-2015]	SPM
3.9.4. Ampliar a licença maternidade de 4 (quatro) para 6 (seis) meses.	Apoiar discussão e implementação de projeto de lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade para 180 dias para as trabalhadoras do setor privado. [PPA 2012-2015]	SPM
3.9.5. Regulamentar e garantir os direitos previdenciários das mulheres rurais em situação de união estável com trabalhadores rurais assalariados, com igualdade ampla e irrestrita.	Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5%, em 2009, para 75%. [PPA 2012-2015]	MPS
3.9.6. Destinar 40% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva para políticas afirmativas voltadas às mulheres.	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA
3.9.7. Ampliar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).	Emitir gratuitamente 1,2 milhão de documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Realizar 4 mil mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Ampliar e qualificar a capilaridade da oferta de documentação civil e jurídica pelas mulheres rurais e suas organizações econômicas. – 350 mil mulheres atendidas. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

<p>3.9.8. Promover o acesso à educação e qualificação profissional continuada em módulos ofertados por municípios e estados, com recursos do Governo Federal, para as mulheres em temas relacionados à organização produtiva, considerando a divisão sexual do trabalho, com metodologia participativa e intercâmbios, ministrados por mulheres integradas a movimentos feministas e de mulheres.</p>	<p>Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MEC</p>
	<p>Atender 1,5 mil organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Capacitar 2 mil pescadoras e aqüicultoras dentro do Programa Mulheres Mil do Ministério da Educação. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MPA</p>
	<p>Promover a formação e capacitação social e profissional de 10 mil trabalhadores/as para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MTE</p>
	<p>Capacitar 20 mil mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho. [PPA 2012-2015]</p>	<p>SPM</p>
	<p>Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Fomentar a produção dos grupos produtivos de mulheres rurais. Meta: 4 mil mulheres organizadas em grupos produtivos atendidas com ATER; 4 mil mulheres atendidas com ações voltadas ao desenvolvimento sustentável; 227,5 mil mulheres titulares do garantia-safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.9.9. Estimular e fortalecer a criação de conselhos de direitos e secretarias estaduais e municipais de políticas para as mulheres, com apoio do Governo Federal e priorizando o atendimento às mulheres rurais.	Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres. [PPA 2012-2015]	SPM
	Ampliar para mil o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres. [PPA 2012-2015]	SPM
	Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres. [PPA 2012-2015]	SPM
	Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres – apoio à implantação de 15 organismos executivos de Políticas para Mulheres. [SDT Matriz PTC 2013]	SPM
3.9.10. Regular e garantir os direitos previdenciários das mulheres rurais, marisqueiras, descasadeiras de camarão, descasadeiras de caranguejo, quebradeiras de coco babaçu, cultivadoras de algas e extrativistas, garantindo a padronização dos procedimentos para obtenção de benefícios e reconhecimento das suas atividades.		
3.9.11. Garantir o acesso às mulheres à política de moradia, bem como a isenção da contrapartida exigida nos programas de habitação rural às mulheres chefe de família.		
3.9.12. Punir os agressores contra as mulheres com a restrição de acesso às políticas públicas de acesso à terra, ao crédito, à ATER, a compras governamentais, etc., além das medidas judiciais cabíveis.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.10. Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural, especialmente a educação contextualizada e a geração de renda para a juventude.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.10.1. Incentivar a implantação de conselhos e secretarias municipais para os/as jovens, no intuito de fortalecer, efetivar e desburocratizar as políticas públicas voltadas para a juventude rural.	Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
3.10.2. Destinar 20% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva para a juventude.	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA
3.10.3. Estabelecer parcerias entre universidades, poder público e empresas de ATER, para que jovens estudantes adquiram conhecimento teórico e prático e, em contrapartida, os produtores possuam mão de obra qualificada.	Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. META: Documento com propostas da juventude rural entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.10.4. Assegurar a formação e o estágio remunerado para a juventude, bem como intercâmbios para alunos inseridos em escolas e da Rede CEFFA (nos moldes de iniciativas como o programa Bolsa Permanência do MEC, Bolsa Jovem Rural do Rio Grande do Sul e Formação de Agentes de Desenvolvimento no Paraná)	Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos/as na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
3.10.5. Criar mecanismos para geração de trabalho e renda para a juventude, por meio da sua inserção na execução dos projetos do PNHR, valorizando a capacidade de trabalho local e fortalecendo as estratégias de pluriatividade no meio rural.	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. [PPA 2012-2015]	MTE
	Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2 mil jovens moradores/as de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
	Qualificação de 3 mil jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
	Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda. [PPA 2012-2015]	MCid

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.10.6. Garantir a universalização da educação, como estratégia de permanência de crianças e jovens no campo.	Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. [PPA 2012-2015]	MEC
3.10.7. Criar cota para que os/as jovens filhos/as de agricultores/as familiares tenham acesso ao ensino técnico, tecnológico e superior com o compromisso de que eles/as retornem para desenvolver atividade (remunerada) na comunidade por um período mínimo de 3 anos, com garantia de bolsa universitária.		
3.10.8. Criar critérios e mecanismos que priorizem o acesso de jovens do campo ao PROCAMPO, de modo a assegurar a formação inicial e continuada de educadores/as do campo, abrangendo a rede CEFFA.		
3.10.9. Garantir qualificação profissional para a juventude, com capacidade para formar jovens para trabalhar com pessoas com deficiência, oportunizando lazer saudável, mobilidade e transporte acessível e seguro.		
3.10.10. Realizar diagnóstico sobre a realidade do/a jovem, para propor políticas públicas de acordo com as demandas e realidades do território.		

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.11. Criar e fortalecer políticas, programas e projetos voltados aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.11.1. Destinar 20% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva para povos e comunidades tradicionais.	Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas. [PPA 2012-2015]	MDA
	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA
3.11.2. Atualizar os cadastros nacionais e identificar os segmentos de povos e comunidades tradicionais nos Censos Demográficos Agrícolas e demais instrumentos de cunho cartográfico, populacional e social.	Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais. [PPA 2012-2015]	MMA
	Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas. [PPA 2012-2015]	SEPPIR
	Mapeamento e levantamento socioeconômico e de demandas por serviços e programas sociais dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em sua diversidade, bem como acompanhamento de ações de desenvolvimento sustentável nessas comunidades. [PPA 2012-2015]	SEPPIR

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.11.3. Promover ações de capacitação continuada e o fortalecimento das organizações de base dos povos e comunidades tradicionais, para elaborar e gerir projetos e recursos.	Apoiar a formalização e a qualificação da gestão dos grupos produtivos de PCTs. Meta: 2 chamamentos públicos. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Desenvolver ações de organização e inclusão socioprodutiva de grupos de PCTs em agroindústrias, PAA e outras. Meta: Quantidade de eventos realizada. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas. [PPA 2012-2015]	SEPPIR
	Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. [PPA 2012-2015]	MMA
	Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias. [PPA 2012-2015]	SEPPIR
	Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando ao apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais. [PPA 2012-2015]	FUNAI/MJ
	Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades. [PPA 2012-2015]	FUNAI/MJ

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.11.4. Implantar e monitorar a aplicação da Lei nº 10.639/2002 e da Lei nº 11.645/2008, que tornaram obrigatória a inclusão da temática história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas.	Articulação com o Ministério da Educação para a implementação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afrobrasileira, Africana e Indígena. [PPA 2012-2015]	SEPPIR
3.11.5. Implantar projetos de apoio à infraestrutura social (equipamentos públicos de saúde e de proteção social no meio rural, habitação e cisternas de placas).	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA
3.11.6. Implantar projetos de apoio ao saneamento rural nas comunidades tradicionais conforme o plano operativo da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.	Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos. [PPA 2012-2015]	MS
	Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais [PPA 2012-2015]	MS
	Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. [PPA 2012-2015]	MS
3.11.7. Assegurar o acesso ao PNHR das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas e aos povos e comunidades tradicionais, considerando suas especificidades nos instrumentos de acesso, modelos arquitetônicos e materiais de construção adaptados à realidade local.	Incentiva o acesso e a melhoria das habitações de pescadores/as artesanais e aqüicultores/as familiares, em parceria com o Ministério das Cidades. [PPA 2012-2015]	MPA
3.11.8. Promover intercâmbio cultural e promoção de atividades artesanais nos âmbitos estaduais e federal para os povos e comunidades tradicionais.	Apoiar a implementação de programa de CT&I com intercâmbio de conhecimentos entre povos indígenas, populações tradicionais e com redes de pesquisa científica. [PPA 2012-2015]	MCTI

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.11.9. Criar mecanismos de reconhecimento das parteiras, benzedeiras, curandeiras e feitores/as de canoas, assim como das medicinas tradicionais oriundas/praticadas pelos povos e comunidades tradicionais.	Capacitar 1,3 mil parteiras tradicionais até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
3.11.10. Fortalecer o Programa Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados, alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios. [PPA 2012-2015]	MinC

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

3.11.11. Mapear, identificar e pesquisar as práticas e expressões artísticas e culturais dos povos e comunidades tradicionais, por meio de estudos e pesquisas dirigidas.	Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro, de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico. [PPA 2012-2015]	MinC
	Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e de aspectos de suas culturas, bem como em gestão de seus patrimônios. [PPA 2012-2015]	FUNAI/MJ
	Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas. [PPA 2012-2015]	FUNAI/MJ
	Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas. Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país. [PPA 2012-2015]	FUNAI/MJ
	Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas promovidos pelo poder público. [PPA 2012-2015]	MCid
3.11.12. Criar políticas, programas e projetos para valorização, produção e reprodução das expressões culturais e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais.		



OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.1. Promover a gestão e a participação social, por meio do fortalecimento e estruturação das instâncias de controle social do desenvolvimento rural.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
4.1.1. Definir dotação orçamentária, nas três esferas de governo, com vistas a viabilizar a participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social, garantindo autonomia, transparência e efetividade nas dinâmicas de funcionamento destes espaços.	Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos/as em assembleias instaladas especificamente para esse fim. [PPA 2012-2015]	MDS
	Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social. [PPA 2012-2015]	SG/PR
	Elaborar e pactuar proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (SNDRSS) com instâncias de gestão social e gestores/as do desenvolvimento rural. [Planejamento SDT 2014]	MDA
	Elaborar proposta de normativos para constituição do SNDRSS. [Planejamento SDT 2014]	MDA
4.1.2. Garantir recursos orçamentários e financeiros, assegurados em lei, para o funcionamento dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável, com vistas a assegurar necessidades de infraestrutura e apoiar as atividades de formação e participação dos conselheiros/as.	Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas. [PPA 2012-2015]	SG/PR
4.1.3. Adequar e reformular o marco legal dos conselhos de desenvolvimento rural, com a participação de conselheiros/as, definindo critérios que garantam o respaldo jurídico para suas decisões.		

OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.2. Fortalecer a gestão e a participação social por meio da formação continuada em políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável e solidário.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
4.2.1. Promover a formação continuada em políticas públicas, com vistas a empoderar os diversos envolvidos/as na gestão do desenvolvimento rural para participação nas instâncias de gestão social.	Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores/as populares e gestores/as) até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde. [PPA 2012-2015]	MS
4.2.2. Realizar cursos de capacitação nos colegiados territoriais com ênfase na temática de desenvolvimento territorial, gestão social, elaboração de projetos e articulação e integração de políticas públicas.	Realizar ações de formação em desenvolvimento territorial para 10,5 mil participantes. [Planejamento Estratégico MDA/INCRA 2013-2014]	MDA
	Apoiar a capacitação e formação de 80 mil agentes de desenvolvimento. [PPA 2012-2015]	MDA
4.2.3. Criar um Programa Nacional de Qualificação em Gestão e Participação Social, com recursos assegurados, com vistas a assegurar o controle social das políticas públicas no meio rural.		
4.2.4. Promover intercâmbios e troca de experiência com a participação dos diversos segmentos e representação da sociedade civil, visando ao conhecimento e socialização de boas práticas de participação, gestão e controle social das políticas públicas.		
4.2.5. Promover a formação de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, pescadores/as, representantes de movimentos sociais, de organizações sociais, de associações e cooperativas, visando ao entendimento sobre captação de recursos, elaboração, fiscalização, monitoramento e gerenciamento de projetos e prestação de contas.		
4.2.6. Criar mecanismos que garantam a participação das mulheres rurais, jovens e de povos e comunidades tradicionais nos eventos de formação e intercâmbios de troca de experiências entre as comunidades e os diversos segmentos sociais.		

OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.3. Fortalecer os espaços de gestão social com a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
4.3.1. Promover e estimular a participação de atingidos/as por barragens, povos e comunidades tradicionais nas diversas instâncias de gestão e participação social.	Fortalecimento institucional das organizações representativas das comunidades quilombolas, com a participação nos espaços de gestão pública, inclusive nos Colegiados Territoriais. [PPA 2012-2015]	SEPPIR
4.3.2. Garantir a cota mínima de 20% de jovens nos espaços de gestão e participação social.	Ampliar a participação social, constituindo 3 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
4.3.3. Garantir a participação de, no mínimo, 50% de mulheres rurais nos espaços de gestão e participação social e de, no mínimo, 30% de organizações de mulheres rurais, especialmente no CONDRAF, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e nos Colegiados Territoriais.		



OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.1. Fortalecer o processo de integração regional latino-americana e caribenha na área de desenvolvimento rural.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.1.1 Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural no MERCOSUL.	Promover a discussão e a definição de princípios para uma política agrícola comum do MERCOSUL voltada ao fortalecimento da Agricultura Familiar e ao desenvolvimento rural com geração de emprego e renda e garantir da Segurança alimentar e nutricional do Bloco.	MDA
	Garantir o funcionamento contínuo da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF) e o fortalecimento da participação da sociedade civil nesse espaço assegurando a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	MDA
	Universalizar os Registros Nacionais da Agricultura Familiar utilizando como base de diálogo as normativas adotadas no MERCOSUL, contemplando a identificação do trabalho e empreendimentos de mulheres, jovens e PCT.	MDA
	Harmonizar os mecanismos de compras públicas dos países-membros para garantir a segurança e soberania alimentar.	MDA
	Criar Seções Nacionais (SN) da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF) na Bolívia, Equador e Venezuela.	MDA
	Criar, no âmbito da REAF, o selo da Agricultura Familiar.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

5.1. Fortalecer o processo de integração regional latino-americana e caribenha na área de desenvolvimento rural.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.1.2 Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural na América Latina e Caribe (UNASUL e CELAC).	Articula a implantação das Diretrizes Voluntárias da FAO sobre Governança Responsável da Posse da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais, no âmbito da América Latina e Caribe.	MDA
	Fortalecer a agenda de cooperação sobre Desenvolvimento Territorial no MERCOSUL (REAF) e na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).	MDA
	Promover o Plano de Ação da CELAC 2014 com ênfase nas áreas: i) Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome e da Pobreza; e ii) Agricultura Familiar.	MDA
	Fortalecer o GT de desenvolvimento rural da CELAC, incentivando a participação de mulheres rurais, jovens e povos e comunidades tradicionais.	MDA
	Fomento à implementação das orientações da Declaração Especial sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham na zona rural da CELAC.	MDA
	Criar, no âmbito da REAF, o selo da Agricultura Familiar.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.2. Promover a cooperação internacional em políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.2.1. Consolidar os compromissos assumidos pelo governo do Brasil no diálogo Brasil-África sobre segurança alimentar, combate à fome e desenvolvimento rural.	Execução do Mais Alimentos – África.	MDA
	Apoio à execução do PAA-África.	MDA
5.2.2. Implementar o Programa Mais Alimentos Internacional como instrumento efetivo de diálogo e de cooperação técnica.	Troca de experiência em políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar com ênfase em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	MDA
	Disponibilização de maquinário adequado para a agricultura familiar com financiamento em condições especiais de pagamento – prazo e juros.	MDA
5.2.3. Fortalecer o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), promovendo a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.	Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação. [PPA 2012-2015]	MDA
	Estruturar o GT de agricultura familiar do CONSAN da CPLP.	MDA
5.2.4. Consolidar o diálogo estratégico sobre desenvolvimento rural no âmbito do BRICS.	Consolidar a Reunião de Ministros para concertação política com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar nos fóruns internacionais relevantes.	MDA
	Consolidar os mecanismos de implementação do Plano de Ação 2012-2016 para Cooperação Agrícola dos países do BRICS a cargo de cada um dos 5 países.	MDA
	Consolidar o BRICS na FAO como plataforma para cooperação conjunta em agricultura familiar e desenvolvimento rural.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.3. Defender os interesses da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional nacional nos espaços de negociações internacionais

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.3.1. Preservar as políticas de desenvolvimento rural nas negociações comerciais internacionais e nas práticas de política comercial brasileira.	Preservar a capacidade do Estado brasileiro de formular e implementar políticas públicas para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar e nutricional no âmbito da OMC.	MDA
	Identificar as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar que possam ser impactadas pelos acordos de livre comércio e de integração econômica, preservando os espaços para a implementação de tais políticas.	MDA
	Mapear os produtos da Agricultura Familiar com sensibilidade aos acordos de livre comércio e de integração econômica exteriores ao MERCOSUL, preservando-os nesses processos de negociação.	MDA
	Acompanhar o processo de integração regional com vistas à preservação das sensibilidades da agricultura familiar.	MDA
	Garantir a preservação dos produtos da Agricultura Familiar com sensibilidade à importação, mantendo-os na Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum (LETEC).	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.3. Defender os interesses da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional nacional nos espaços de negociações internacionais

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.3.2. Consolidar a inserção da agricultura familiar nas negociações internacionais não comerciais.	Garantir a inclusão de povos e comunidades tradicionais e de agricultores/as familiares nas negociações sobre acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e a devida repartição de benefícios oriundos desses.	MDA
	Defender a inclusão das especificidades de agricultores/as familiares e de povos e comunidades tradicionais nas negociações internacionais sobre biossegurança.	MDA
	Garantir o “Direito dos Agricultores/as” no âmbito do Tratado Internacional sobre Recursos Filogenéticos para Alimentação e a Agricultura (TIRFAA).	MDA
	Defender os interesses da Agricultura Familiar na Convenção da Diversidade Biológica.	MDA
	Fortalecer o debate sobre o desenvolvimento rural e territorial, com enfoque agroecológico sustentável e solidário, no Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas.	MDA
	Defender os interesses da agricultura familiar e promover a sociobiodiversidade nas discussões dos Princípios de Investimento Responsável (RAI) da FAO.	MDA
	Incorporar a agenda de fortalecimento da agricultura familiar aos fóruns de negociações multilaterais sobre temas sanitários e fitossanitários.	MDA

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.4. Estruturar a estratégia de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar brasileira em mercados externos.

INICIATIVAS

METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015

RESPONSÁVEL

5.4.1. Aprofundar a discussão do papel da agricultura familiar na exportação.

5.4.2. Elaborar diretrizes para a política de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

5.4.3. Valorização do selo da Agricultura Familiar do MERCOSUL, com base nos registros nacionais voluntários, como estratégia regional de promoção comercial.

OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

5.5. Promover iniciativas (formação, pesquisa, intercâmbios, entre outras) como forma de combater as desigualdades de gênero, raça e etnia e geracional em toda a política externa voltada à agricultura familiar.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
5.5.1. Articular, na América Latina e Caribe, no diálogo Sul-Sul e nos organismos internacionais, a agenda voltada para o combate às desigualdades de gênero.	Articular, na América Latina e Caribe, no diálogo Sul-Sul e nos organismos internacionais, a agenda voltada para: produção de estatísticas rurais com perspectivas de gênero; implantação de políticas de reconhecimento do trabalho das mulheres rurais; promoção do acesso igualitário à terra; inserção produtiva das mulheres trabalhadores rurais na agricultura familiar; e socialização do trabalho doméstico e do cuidado.	MDA
	Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação.	MDA
5.5.2. Fortalecer o Programa Regional de Institucionalização de Políticas de Gênero no MERCOSUL e a correspondente estratégia na América Latina e Caribe e no diálogo Sul-Sul.		
5.5.3. Fortalecer o Segundo Programa Regional de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do MERCOSUL.		



3. ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO PNDRSS

Como foi visto, a 2ª CNDRSS, iniciativa compartilhada entre Condraf e MDA, contou com a participação de um número muito grande de pessoas que, associadas aos resultados obtidos nos debates, consolidam a Conferência como a mais abrangente e representativa instância de diálogo social sobre o desenvolvimento rural brasileiro.

O presente plano é o principal resultado da 2ª Conferência e se constitui como instrumento fundamental para gestão do desenvolvimento rural a partir de sua aprovação no âmbito do Condraf. É um plano que envolve ações de diferentes órgãos e setores, em diferentes níveis federativos e abrangências territoriais – com enormes desafios a serem enfrentados e formulações a serem feitas, ao lado de metas de curto prazo muito concretas, na implementação de instrumentos existentes. Além disso, foi construído em processo decorrente de uma larga trajetória de interação entre sociedade civil e governo. Assim, por sua própria natureza e abrangência, o PNDRSS exige instâncias e mecanismos específicos de gestão, monitoramento e avaliação das iniciativas e metas propostas, em âmbito executivo e de gestão social.

O Plenário do Condraf, a partir de proposta de sua instância de gestão social, em coordenação com a esfera de gestão executiva, deverá elaborar e pactuar metas, à luz do presente PNDRSS, para influenciar na elaboração do PPA 2016/2019, de forma a compatibilizar o presente Plano com o ciclo formal de planejamento das políticas públicas nacionais.

O Conselho deverá ainda estabelecer os critérios e diretrizes para o processo de monitoramento e avaliação do PNDRSS, que se constituirá em instrumento de aproximação entre o planejado e o executado, permitindo sua constante adequação e correção de eventuais disfunções.

Para tal, presume-se como monitoramento um processo permanente e mais amplo que o mero acompanhamento da execução. Busca-se, com isso, a documentação sistêmica do processo de implantação do PNDRSS e a identificação das eventuais falhas de execução, contribuindo ferramentalmente

para o processo seguinte, a avaliação, que possibilitará a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

3.1 Instância nacional de gestão social do PNDRS

Um plano construído por tantas mãos não pode prescindir de instrumentos claros para a sua contínua atualização, aprimoramento e gestão social.

O Condraf é o responsável por essa gestão social do Plano, e o Regimento Interno da 2ª CNDRSS, em seu artigo 70, prevê a criação de um Comitê Permanente de Acompanhamento e Implementação do PNDRSS, a ser constituído por conselheiros do Condraf, de forma paritária entre poder público e sociedade civil e entre homens e mulheres. Além disso, deve garantir a representação da juventude rural e de povos e comunidades tradicionais.

As atribuições do Comitê Permanente de Acompanhamento e Implementação do PNDRSS são:

- a) promoção da participação social nas ações de divulgação e acompanhamento do PNDRSS;
- b) monitoramento e avaliação do alcance dos objetivos do PNDRSS, subsidiado [pelo/a Câmara/Comitê/Comissão/Grupo] interministerial;
- c) articulação permanente com as diferentes instâncias de gestão social do desenvolvimento rural nos estados, no Distrito Federal, nos territórios e nos municípios, especialmente conselhos e colegiados, indicando ao Condraf a criação de instâncias próprias para tal fim, se necessário;
- d) propor, em conjunto com a instância nacional de gestão executiva do PNDRSS, metodologia para avaliação e atualização do plano, bem como para potencializar sua articulação com outros planos.

Destaca-se desse rol de atribuições o importante papel a ser desempenhando por esse espaço de gestão social na atualização do PNDRSS, especialmente no que se refere às contribuições para o estabelecimento de metas de médio e longo prazos, especialmente na elaboração do próximo PPA.

3.2 Instância nacional de gestão executiva do PNDRSS

A gestão, o monitoramento e a avaliação do PNDRSS são responsabilidades do governo federal, que constituirá [Câmara/Comitê/Comissão/Grupo] interministerial específico para esse fim. Serão envolvidos nesse espaço todos os órgãos federais com responsabilidades no âmbito do Plano, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As atribuições específicas [deste/a Câmara/Comitê/Comissão/Grupo] são:

- a) articulação e mobilização dos órgãos e entidades federais para atendimento aos objetivos e estratégias do plano;
- b) monitoramento do alcance das metas pactuadas no plano;
- c) articulação e pactuação com órgãos de governo e instâncias de gestão estaduais, distritais, territoriais e municipais sobre a estratégia de gestão e implementação do Plano Nacional e efetivação dos Planos Estaduais, Territoriais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- d) subsídio à instância de gestão social do PNDRSS, por meio do fornecimento de informações e relatórios decorrentes do monitoramento da execução de suas metas;
- e) proposição, em conjunto com a instância nacional de gestão social do PNDRSS, de metodologia para avaliação e atualização do plano, bem como para potencialização de sua articulação com outros planos.

Destaca-se desse rol de atribuições o importante papel a ser desempenhando por esse espaço interministerial na atualização do PNDRSS, especialmente no que se refere ao estabelecimento de metas de médio e longo prazos, a partir das pactuações a serem realizadas entre os órgãos dele participantes.

3.3 Gestão estadual e territorial do PNDRSS

A elaboração, revisão ou atualização de Planos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável foi um dos objetivos específicos da 2ª CNDRSS, articulados ao objetivo geral de elaboração do PNDRSS.

A efetivação desses instrumentos, garantindo sua identidade e complementaridade com os planos das esferas mais abrangentes, bem como os mecanismos institucionais de gestão executiva e gestão social para o seu monitoramento e avaliação, estão materializados no objetivo de construção de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

O Condraf e o MDA, em iniciativa compartilhada, irão aprofundar a discussão sobre esse tema, em diálogo com todos os envolvidos com a gestão do desenvolvimento rural – governos e instâncias de gestão social –, de modo a convergir para uma proposta de formatação desse sistema, suas instâncias e relações entre elas.

ⁱ Ver mais sobre a experiência brasileira do Consea em: MALUF, Renato. *O Consea na construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* e MENEZES, Francisco. *Participação social no Fome Zero: A experiência do Consea*", capítulos do livro SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; FRANÇA, Caio (Orgs.) (2010). *Fome Zero: A Experiência Brasileira*. Brasília: NEAD/MDA. Disponível em meio eletrônico em: <www.fao.org/docrep/016/i3023p/i3023p.pdf>.

ⁱⁱ Fonte: Secretaria Técnica da REAF Mercosul. Cartilha "Specialized Meeting on Family Farming of Mercosul (REAF): 10 Years Changing Reality"; e Publicação "REAF – Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul".

ⁱⁱⁱ Conferir, por exemplo, os relatórios: FAO, FIDA e PMA (2013) *The State of Food Insecurity in the World 2013: The multiple dimensions of food security*. Roma: FAO; FAO (2012) *The State of Food and Agriculture 2012: Investing in Agriculture for a Better Future*. Roma: FAO; e FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^{iv} Fonte: FAO, FIDA e PMA (2013) *The State of Food Insecurity in the World 2013: The multiple dimensions of food security*. Roma: FAO.

^v Fonte: FAO (2014) "Hunger Portal", Disponível em: <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em 07/05/2014.

^{vi} Fonte: FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^{vii} Fonte: FAO (2012) *The State of Food and Agriculture 2012: Investing in Agriculture for a Better Future*. Roma: FAO; e FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^{viii} Fonte: FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^{ix} Fonte: FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^x Fonte: FAO (2012) *The State of Food and Agriculture 2012: Investing in Agriculture for a Better Future*. Roma: FAO.

^{xi} Fonte: FAO (2013) *FAO Statistical Yearbook 2013: World food and agriculture*. Roma: FAO.

^{xii} Entre outras citam-se as resoluções do *International Association of Science and Technology for Development* (IASTD), da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento), do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climática (IPCC) e do Relator Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação.

^{xiii} Fonte: FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. (2009). *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: NEAD/MDA.

^{xiv} Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

^{xv} Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

^{xvi} Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

^{xvii} Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) / Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

^{xviii} Fonte: IPEA (2013) "Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE", *Comunicados do Ipea*, No 159, 01 de outubro de 2013.

^{xix} Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED).

^{xx} Fonte: POCHMANN, Marcio (2009). *Qual Desenvolvimento?* Oportunidades e Dificuldades do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil.

^{xxi} Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

^{xxii} Fonte: IPEA (2013). "Duas Décadas de Desigualdade e Pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE", *Comunicados do Ipea*, n. 159, 1º de outubro de 2013. No período de 2002 a 2012, o Brasil conseguiu rever efetivamente a desigualdade gerada nos anos da ditadura militar e que havia permanecido nas décadas de 1980 e 1990. (Índice de Gini, medindo a desigualdade de renda per capita: de 0,54 em 1960, 0,58 em 1970, 0,59 em 1979, 0,61 em 1990, 0,59 em 2001, e 0,53 em 2012).

^{xxiii} Fonte: Resultados do Projeto "Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e NEAD/MDA, junto a pesquisadores de diferentes universidades brasileiras.

^{xxiv} Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

^{xxv} Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).



